UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES – DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ARTICULAÇÃO HIPOTÁTICA ADVERBIAL E ARGUMENTAÇÃO: UMA ANÁLISE DO USO DE ORAÇÕES CONCESSIVAS EM ARTIGOS DE OPINIÃO E EDITORIAIS

Cleide Alves Ribeiro Bezerra

Fortaleza-Ce
2006

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

CLEIDE ALVES RIBEIRO BEZERRA

ARTICULAÇÃO HIPOTÁTICA ADVERBIAL E ARGUMENTAÇÃO: UMA ANÁLISE DO USO DE ORAÇÕES CONCESSIVAS EM ARTIGOS DE OPINIÃO E EDITORIAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira

Fortaleza-Ce

2006

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Lingüística, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca de Humanidades da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho da dissertação é permitida, desde que seja feita de acordo com as normas científicas.

_____

Cleide Alves Ribeiro Bezerra

BANCA EXAMINADORA

_____

Dra. Márcia Teixeira Nogueira – UFC

(Presidente)

_____

Dra. Maria Beatriz Nascimento Decat

(1a examinadora)

_____

Dra. Marlene Gonçalves Mattes

(2a examinadora)

Dissertação defendida e aprovada em 31/03/06

Dedico este trabalho ao meu universo masculino, àqueles que representam o tripé que me sustenta.
A meus filhos Artur e João Paulo. Ambos motivo de muito orgulho.
A Carlos, esposo dileto e companheiro.

AGRADECIMENTOS

A Deus, começo e fim de tudo.

Em especial, à professora Márcia, cujas sábias observações foram imprescindíveis para a realização deste trabalho.

Aos meus filhos, Artur e João Paulo, por compreenderam a minha ausência.

Ao meu amor, Carlos, por todo seu carinho e, especialmente, pela dedicação.

A meu pai, Pedro, há algum tempo falecido e que, por isso, a cada conquista, desencadeia uma dor chamada saudade. Como eu gostaria de poder partilhar mais essa conquista!

À minha mãe, símbolo de amor e fortaleza.

À cunhada Márcia e ao meu irmão Cleuton, pela ajuda incondicional.

À cunhada Edinéia, que se mostrou solidária.

A meu irmão Clebson, um pouco desse trabalho também é seu.

A meu irmão Guto, que, com sua voz, me proporciona muito prazer.

À cunhada Glediane, pela ajuda preciosa.

As primas Cláudia e Janaína, pela credibilidade e pelo apoio.

À amiga Magna, pela palavra de conforto nos momentos difíceis.

Às amigas Áurea e Nukácia, pela compreensão e pelas palavras carinhosas.

À amiga Conceição, que sempre disse que seria possível.

À amiga Helena, por partilhar as angústias.

Ao amigo Marino, pela contribuição inestimável.

Aos amigos do Mestrado, pelas discussões levantadas.

Aos professores da Pós-Graduação pela troca de conhecimentos.

Ao CNPQ pela contribuição financeira para a realização desta pesquisa.

“Um discurso argumentativo [...] sempre se reporta a um contra-discurso efetivo ou virtual [...]. Defender uma tese ou uma conclusão implica sempre em defender outra contra-tese ou conclusão”.

(Moeschler)

RESUMO

O presente trabalho investiga o uso da articulação hipotática adverbial concessiva na construção da argumentação. Com base nos pressupostos funcionalistas, analisamos, de um modo integrado, os aspectos sintáticos, textual-semânticos e textual-discursivos associados ao uso da oração concessiva na construção da argumentação em artigos de opinião e editoriais. Verificamos que os aspectos sintáticos da articulação da oração concessiva estão relacionados aos aspectos pragmáticos. Dessa forma, a posição da oração concessiva (anteposição, posposição e intercalação) reflete a maneira como o falante decide organizar seu discurso em virtude do propósito comunicativo; portanto, está ligada às funções discursivas a que se presta. Assim, verificamos que, nos artigos de opinião e editoriais, a diferença na freqüência do uso da anteposição e da posposição não foi significativa. Em nossa investigação, alguns conectores tendem a introduzir orações concessivas antepostas é o caso de **apesar de** e **por mais/menos que**, enquanto outros tendem a introduzir orações concessivas pospostas é o caso de **mesmo que**. A conjunção **embora** apareceu, no *corpus* em análise, com a mesma freqüência em orações antepostas e pospostas. Quanto aos aspectos textual-semânticos, percebemos que, da articulação das orações ditas concessivas, além da inferência de concessão, emergem também outras inferências, tais como *condição* e *inclusão*. A partir de uma análise pautada nos domínios de interpretação propostos por Sweetser (1999), constatamos que, nos gêneros em estudo, a maioria das ocorrências permite leitura no domínio epistêmico, mas há um número significativo de ocorrências com a possibilidade de leitura no domínio de conteúdo, provavelmente porque os gêneros jornalísticos abordam acontecimentos, fatos sociais. Com relação ao tipo de oração concessiva, verificamos que, no *corpus* em análise, predominam as do tipo factual. Ao investigarmos os aspectos textual-discursivos, percebemos que, de uma maneira geral, as orações concessivas são usadas como fundo da oração nuclear e que, quando pospostas, geralmente constituem uma avaliação ou um adendo à oração nuclear; enquanto as antepostas e as intercaladas funcionam como tópico/guia para a informação núcleo ou como fator de coesão discursiva. Quanto ao papel argumentativo da oração concessiva em artigos de opinião e editoriais, percebemos que esta representa uma relevante estratégia por meio da qual o autor, pressupondo uma objeção por parte do leitor, declara que tal objeção não impedirá nem modificará o conteúdo expresso na oração nuclear.

PALAVRAS-CHAVE: Gramática de uso; oração concessiva; argumentação.

ABSTRACT

The aim of this work is to investigate the usage of concessive hypotatic clauses involved in the construction of argumentation. Based on functional theories, we analyzed the syntactic aspects, the textual-discursive aspects and the textual-semantic aspects that are associated to the usage of the concessive subordinate clause involved in the construction of argumentation in newspaper articles and editorials. We observed that the syntactic aspects of concessive subordinate clause are related to the pragmatic aspects. Thus the concessive subordinate clause position (before or after main clause or embedded clause) shows the way a speaker decides to organize her utterance due to communication purposes; hence it is connected to discursive functions. We observed that in newspaper articles and editorials, the concessive clause position before or after main clause is not relevant. Our investigation shows that few conjunctions tend to introduce concessive subordinate clause before main clause, for instance *apesar de* and *por mais/menos que*, whereas other concessive conjunctions tend to introduce subordinate clause after main clause, for example *mesmo que*. In the *corpus*, the conjunction *embora* is as frequent in concessive clauses before main clause as in concessive clauses after main clauses. As regards the textual-semantic aspects, we observed, besides the concessive inferences, other inferences such as condition and inclusion inferences. In an analysis based on the interpretation domains proposed by Sweetser (1999), we found, in newspaper articles and editorials, that the greater number of examples allows an interpretation in the epistemic domain, but there is a meaningful number of examples that lead to a possible interpretation in the content domain, probably this is due to the fact that newspapers genres are related to social happenings and facts. Regarding concessive clause types we observed, in the *corpus* analyzed, that the factual concessive clauses predominate. When we verified the textual-discursive aspects, we ob served, that concessive subordinate clauses are used as main clause background and when they are placed after main clause they often represent an evaluation or an addendum to main clause, whereas concessive clause before main clause and embedded concessive clause work as a topic to a nuclear information or as a way to attain discursive cohesion. As regards the argumentative role of concessive clause in newspaper articles and editorials, we observed concessive subordinate clause represents an important strategy; through concessive clause, the author presupposes an objection on the part of the reader and he declares that the objection does not hinder the content expressed in the main clause.

KEY WORDS: Grammar of using; concessive subordinate clause; argumentation.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

INTRODUÇÃO 11

CAPÍTULO 1 – O TRATAMENTO TRADICIONAL DAS ORAÇÕES 18

1.1. A chamada "oração adverbial" l19

CAPÍTULO 2 – BASE TEÓRICA FUNCIONALISTA 25

2.1. Pressupostos teóricos funcionalistas 25

2.2. A perspectiva funcional para o estudo das orações adverbiais 28

2.2.1. Relações textual-semânticas na articulação das orações 35

2.2.1.1. A proposição relacional inferida 35

2.2.1.2. Domínios de interpretação: possíveis leituras para os operadores discursivos 41

2.2.2.. Funções textual-discursivas na articulação das orações 44

CAPÍTULO 3 – A NOÇÃO DE CONCESSÃO E A ORAÇÃO CONCESSIVA 48

3.1. O conceito de concessão 48

3.2. As chamadas "orações concessivas" na gramática tradicional 49

3.3. As orações concessivas na perspectiva funcionalista 51

3.4. A subcategorização das orações concessivas 53

CAPÍTULO 4 – ORAÇÃO ADVERBIAL CONCESSIVA E ARGUMENTAÇÃO 55

CAPÍTULO 5 - UMA ANÁLISE DO USO DE ORAÇÕES CONCESSIVAS EM ARTIGOS DE OPINIÃO E EDITORIAIS 59

5.1. Metodologia 61

5.1.1. O corpus 61

5.1.1.1. Caracterização do corpus 61

a) Os textos com seqüência expositivo-argumentativa 62

b) Os gêneros jornalísticos artigos de opinião e editoriais 64
5.1.1.2. Constituição e delimitação do corpus 66
5.1.2. Procedimentos metodológicos 66
5.2. O uso das orações concessivas em artigos de opinião e editoriais – resultados 68
5.2.1. Aspectos sintáticos 68
5.2.1.1. Tipos de conectores 68
5.2.1.2. A ordem (posição) da oração concessiva 72
5.2.2. Relações textual-semânticas na articulação das orações concessivas 75
5.2.2.1. A proposição relacional inferida 75
5.2.2.2. Dominios de interpretação: possiveis leituras para as orações concessivas 78
5.2.2.3. Os tipos de oração concessiva em artigos de opinião e editoriais 82
5.3. Aspectos textual-discursivos 87
5.3.1. Funções textual-discursivas das orações concessivas dos artigos de opinião e editoriais 87
5.4. O papel argumentativo da oração concessiva na construção da argumentação em artigos de opinião editoriais 92
CONCLUSÕES 101
REFERÊNCIAS 105
ANEXOS

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

GRÁFICO 1: TIPOS DE CONECTORES EM ORAÇÕES CONCESSIVAS 68

GRÁFICO 2: POSIÇÃO DAS ORAÇÕES CONCESSIVAS 73

GRÁFICO 3: TIPO DE ORAÇÃO CONCESSIVA 83

QUADRO 1: ESQUEMA TÍPICO DA SEQÜÊNCIA ARGUMENTATIVA 63

QUADRO 2: CONECTORES CONCESSIVOS X POSIÇÃO DA ORAÇÃO 75

INTRODUÇÃO

A articulação entre as orações tem sido um tema bastante discutido na literatura lingüística. Vários autores têm buscado critérios para determinar o grau de interdependência entre as orações (Halliday, 1985; Lehmann, 1988; Matthiessen e Thompson, 1988; Hopper e Traugott, 1993), o tipo de vínculo que se estabelece entre elas e as relações textual-semânticas e funções textual-discursivas que emergem dessa articulação (Decat, 1995 e 2001; Neves, 1999).

Com base nos estudos já realizados e com o intuito de preencher algumas lacunas deixadas por eles, para a presente pesquisa, elegemos como objeto de investigação a articulação hipotática adverbial concessiva na construção da argumentação em artigos de opinião e editoriais publicados em jornais e revistas de circulação nacional.

Com esta investigação, analisamos, de um modo integrado, os aspectos sintáticos, textual-semânticos e textual-discursivos associados ao uso da oração concessiva em artigos de opinião e editoriais na construção da argumentação; relacionamos os aspectos sintáticos das hipotaxes adverbiais concessivas relativos à ordem (anteposição, intercalação e posposição) e a explicitação de expressões conectivas com os conteúdos textual-semânticos[1] e as funções textual-discursivas[2]; identificamos que função textual-discursiva predomina na articulação da hipotaxe concessiva; e analisamos o papel argumentativo[3] que desempenha a articulação hipotática adverbial concessiva na construção da argumentação desses gêneros.

---

[1] Conteúdos textual-semânticos dizem respeito ao valor semântico que emerge da articulação de orações; em outras palavras, a proposição relacional inferida (Mann e Thompson 1983).

[2] Funções textual-discursivas referem-se ao propósito do uso da oração concessiva em determinada posição (tópico, conexão discursiva, adendo) cf. Decat (1995).

[3] Utilizamos o termo "papel argumentativo" para designar o efeito do uso das orações concessivas na construção da argumentação.

Para o desenvolvimento deste estudo, utilizamos amostras textuais pertencentes aos gêneros artigo de opinião e editorial publicados no primeiro semestre de 2005, em jornais e revistas de circulação nacional. A partir desses textos, constituímos um *corpus* de 100 ocorrências, sendo 50 dados retirados de textos publicados em jornais e 50 de textos publicados em revistas.

Para esta pesquisa, buscamos fundamentação teórica no funcionalismo lingüístico, que tem trazido grandes contribuições para a análise da relação entre as orações, já que, diferentemente do ponto de vista tradicional, interessamo-nos em investigar tais relações considerando os elementos que transcendem o nível sentencial. Nesse sentido, as pesquisas de base funcionalista apontam para a necessidade de uma análise que considere, integradamente, os aspectos sintáticos, textual-semânticos e textual-discursivos, e supere a antiga dicotomia entre coordenação e subordinação, que tem sido questionada por autores funcionalistas como Mann e Thompson (1983), Halliday (1985), Thompson e Mann (1987), Lehmann (1988), Matthiesen e Thompson (1988), Hopper e Traugott (1993) entre outros.

Matthiessen e Thompson (1988) distinguem, para o que a Gramática Tradicional chama de *subordinação*, dois tipos de relação: o encaixamento, que ocorre entre orações que se integram à estrutura de outra; e a articulação hipotática de orações, que ocorre quando há dependência, mas não há integração. Para Thompson (1984), são estruturas de "encaixamento" as cláusulas-complemento e as adjetivas restritivas, às quais reserva o termo "subordinação", e são casos de "articulação" as orações adverbiais, as participiais e as adjetivas não-restritivas.

A gramática tradicional costuma classificar as orações adverbiais em "subordinadas" e define o período composto por subordinação como aquele que traz uma oração principal e outra, ou outras, dependentes. Segundo a perspectiva funcionalista, essa

concepção parece equivocada, visto que as orações adverbiais apenas mantêm uma relação circunstancial com a oração ou seqüência com a qual se combinam, não havendo, portanto, encaixamento.

Fundamentando-se em Matthiessen e Thompson (1988), Decat (2001) trata da hipotaxe adverbial que Halliday (1985) chamou de *realce*. Segundo este autor, a oração adverbial realça, salienta o significado de outra, qualificando-a com referência a tempo, modo, lugar, causa ou condição. Decat (op.cit.), em sua análise, evidenciou que, na articulação hipotática adverbial, embora, em determinadas situações, se possa explicar a sua ocorrência a partir do grau de integração estrutural de uma oração em outra, uma abordagem que leve em conta apenas o nível sentencial não será suficiente nem abrangente para explicar as relações mantidas entre as orações adverbiais e o discurso maior que as envolve.

Por considerar esse processo de articulação de orações, que emerge no contexto de uso, os funcionalistas criticam o tratamento tradicional, que não considera as ocorrências reais de uso da língua e se prende apenas ao nível da sentença. Segundo Decat (1995), esse tipo de análise não é eficiente, pois nem sempre é possível dizer a que tipo de função uma oração adverbial serve em outra oração, pelo fato de que freqüentemente ela terá, mais que uma função gramatical, uma função discursiva, no sentido de orientar o ouvinte para a mensagem que se quer transmitir, organizando, assim, a forma do discurso.

Também a partir do clássico artigo de Matthiessen e Thompson (1988), Neves (1999) discute o tratamento da articulação de orações. Segundo a autora, particularmente no caso de construções com orações adverbiais, a análise dos enunciados reais se beneficia das posições assumidas pela análise funcionalista, na medida em que tais construções se revelam como altamente sensíveis às determinações do discurso.

Percebe-se, portanto, a necessidade de uma abordagem funcional-discursiva que considere as relações hipotáticas tendo em vista o contexto discursivo em que as orações se inserem. Para tanto, são necessárias pesquisas que desenvolvam esse tipo de análise especificamente em diferentes gêneros textuais. Além disso, pesquisas desse tipo são relevantes porque podem contribuir para um ensino produtivo de gramática, que procure explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua, analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso.

Outra crítica apresentada pelos estudiosos funcionalistas diz respeito ao fato de, normalmente, as gramáticas associarem a classificação das orações adverbiais ao uso da conjunção subordinativa. Segundo Decat (2001), uma análise que vise à classificação das orações com base no conectivo que a encabeça não é suficiente, porque uma mesma proposição relacional pode ser inferida a partir de conectores diferentes, ou ainda, várias proposições podem ser inferidas a partir de um mesmo conector. Essa postura adotada por Decat também será adotada na pesquisa que aqui se propõe.

A partir da postulação de Matthiessen e Thompson (1988) de que a gramática da articulação de orações reflete a organização do discurso, e partindo do pressuposto de que a hipotaxe é um fenômeno de articulação de orações usadas pelo falante como opções para a estruturação do seu discurso, Decat (1995) examinou as relações semânticas adverbiais que emergem da articulação de orações com outras porções do discurso e as funções discursivas a que essas cláusulas se prestam. A autora evidenciou que a natureza das relações emergentes entre as orações está condicionada pelo gênero textual, conforme se trate de narrativo ou dissertativo (Decat, 1995). Percebemos que a autora, na verdade, não analisou a articulação hipotática adverbial em gêneros textuais, mas em tipos narrativo e dissertativo. Esse é o ponto que diferencia o presente trabalho do que é feito pela autora, já

que analisamos a contribuição das orações concessivas para a defesa de um ponto de vista em dois gêneros jornalísticos com seqüência expositivo-argumentativa.

Ao tratar do conceito de proposição relacional inferida e das funções discursivas das hipotaxes adverbiais, é incontestável a contribuição de Decat (1995) para a descrição e análise da língua, bem como para o ensino nos níveis Fundamental e Médio que ainda hoje se prende aos exercícios de classificação baseados na nomenclatura oficial. Parece-nos, no entanto, que a lacuna no trabalho de Decat, que a presente pesquisa busca preencher, diz respeito à falta de uma descrição mais detalhada da relação de base funcional que existe entre os esquemas lógico-semânticos desse tipo de construção e das relações textual-semânticas que emergem do uso delas e a construção da argumentação em gêneros específicos.

Nesta pesquisa, relacionamos o caráter lógico-semântico e o textual-discursivo ao propósito de persuasão do falante em relação ao ouvinte. Acreditamos que a articulação da hipotaxe adverbial constitui uma opção lingüística relevante para a construção da argumentação em textos opinativos; por isso, investigamos como o autor de textos de gêneros com caráter opinativo realiza essas opções para construir seu discurso. Portanto, essa investigação considerará as circunstâncias discursivas que envolvem as estruturas lingüísticas e seus contextos específicos de uso.

Se a pesquisa desenvolvida por Decat (1995) trata também das funções textual-discursivas da articulação hipotática adverbial, o estudo realizado por Zamproneo (1998) e Neves (1999) investiga, de modo mais detalhado, os aspectos sintáticos, lógico-semânticos e pragmático-discursivos das hipotaxes adverbiais concessivas. A pesquisa desenvolvida pelas autoras oferece relevante contribuição para o desenvolvimento do estudo que aqui se relata. Todavia, ressaltamos que pretendemos identificar que função textual-discursiva predomina na articulação dessas hipotaxes nos gêneros artigo de opinião e editorial,

avaliando, principalmente, a contribuição que elas exercem para o desenvolvimento da argumentação, ponto que nos parece pouco desenvolvido por elas.

Com base nos resultados sobre o caráter dialógico e argumentativo das hipotaxes adverbiais concessivas analisados por Zamproneo (1998) e Neves (1999), a presente pesquisa, que tem como foco a argumentação, analisa gêneros com seqüência expositivo-argumentativa, mais especificamente amostras textuais pertencentes aos gêneros artigo de opinião e editorial, para avaliar a multifuncionalidade da natureza lógico-semântica e pragmático-discursiva dessas orações na relação com os propósitos comunicativos desses gêneros.

No primeiro capítulo, discutimos o tratamento tradicional das orações adverbiais, de maneira geral, apresentado pela NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira) e por diferentes gramáticas da língua portuguesa e mostramos, especificamente, como esse tratamento tem sido dado às construções concessivas.

No segundo capítulo, apresentamos os pressupostos teóricos funcionalistas e a contribuição desses pressupostos para o estudo da hipotaxe adverbial.

No terceiro capítulo, apresentamos o conceito de **concessão** na visão de alguns autores e o cotejo entre a visão tradicional e a visão funcionalista na definição da oração concessiva.

No quarto capítulo, apresentamos algumas considerações teóricas a respeito da argumentação e a visão de alguns autores a respeito do caráter argumentativo das orações concessivas.

No quinto capítulo, apresentamos uma análise do uso das orações concessivas na construção da argumentação dos artigos de opinião e editoriais, especificando a metodologia adotada para a composição do *corpus* e para a interpretação dos dados.

Por fim, apresentamos, nas conclusões, uma sistematização geral dos resultados obtidos na análise e algumas considerações sobre possibilidades de aplicação destes como contribuição para o ensino.

1. O TRATAMENTO TRADICIONAL DAS ORAÇÕES

Segundo a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), as orações classificam-se em *absoluta,, coordenada, principal e subordinada*. Considera-se composto aquele período em que há mais de uma oração e classifica-se, cada uma delas, em coordenada, quando é independente; e subordinada, quando é dependente.

A maioria das gramáticas tradicionais adota a orientação da NGB, portanto, as relações de coordenação e subordinação são vistas de maneira dicotômica como se pode perceber no seguinte trecho da gramática de Rocha Lima (1972):

> A comunicação de um pensamento em sua integridade, pela sucessão de orações gramaticalmente independentes - eis o que constitui o período composto por coordenação.
>
> No período composto por subordinação, há uma oração principal, que traz presa a si, como dependente, outra ou outras. Dependentes, porque cada uma tem seu papel como um dos termos da oração principal.

Bechara (1999) também apresenta uma visão dicotômica na classificação das orações, porém, adota uma nomenclatura diferente. Para ele, o período composto por subordinação constitui uma oração complexa, e o período composto por coordenação constitui grupos oracionais. Como os outros autores, também usa como diferencial entre coordenação e subordinação a relação de independência e dependência entre as orações. Dos autores consultados (Bechara (1999), Cegalla (1998), Celso Cunha (1985) e Rocha Lima (1972)), Bechara é o único a identificar a relação de subordinação com hipotaxe e a de coordenação, com parataxe.

Segundo o gramático, a hipotaxe consiste na possibilidade de uma unidade correspondente a um estrato superior poder funcionar num estrato inferior, ou em estratos

inferiores. De acordo com Bechara, é o caso, por exemplo, de uma oração passar a funcionar como "membro" de outra oração, o que se dá na relação de subordinação. A parataxe consiste na propriedade mediante a qual duas ou mais unidades de um mesmo estrato funcional podem combinar-se nesse mesmo nível para constituir, no mesmo estrato, uma nova unidade. Portanto, o que caracteriza a parataxe é a circunstância de que unidades combinadas são equivalentes do ponto de vista gramatical, isto é, uma não determina a outra, de modo que a unidade resultante da combinação é também gramaticalmente equivalente às unidades combinadas; isso se dá na relação de coordenação.

Percebe-se que a definição de hipotaxe apresentada por Bechara (1999) aproxima-se de uma perspectiva estruturalista e, portanto, difere da visão dos funcionalistas, para quem a hipotaxe consiste em uma relação de dependência em que não há encaixamento, ou seja, o que ocorre é uma combinação, ou articulação, de orações que reflete, segundo Mattiessen & Thompson (1988), a organização do discurso. Na perspectiva funcional, o que Bechara chama "subordinação" consiste em encaixamento, já que, nesse caso, há uma relação de integração entre as orações.

1.1. A chamada "oração subordinada adverbial"

Tradicionalmente as orações adverbiais estão entre as subordinadas. Os gramáticos mais renomados explicam o porquê do rótulo 'adverbial' e se referem a certas propriedades desse tipo de oração, baseando-se no conectivo subordinativo que as introduz, por vezes, remetendo a critérios semânticos. Essa é a maneira tradicional de ver os fatos lingüísticos, ora salientando aspectos formais, ora aspectos semânticos:

> [as orações subordinadas adverbiais] funcionam como adjunto adverbial de outras orações e vêm, normalmente, introduzidas por uma das conjunções subordinativas (com exclusão das integrantes).Segundo a conjunção ou locução conjuntiva que as estabelece, classificam-se em: causais, concessivas, condicionais, finais, temporais, consecutivas, comparativas, conformativas e proporcionais.(CUNHA, 1985, p. 589-593).

É comum, em todas as gramáticas examinadas, os autores associarem a classificação das orações ao uso da conjunção subordinativa. Portanto, é temporal a oração adverbial que for introduzida por uma conjunção temporal; é condicional aquela introduzida por uma conjunção condicional, e assim por diante. No entanto, Bechara (1999), que, como já mencionamos anteriormente, adota uma nomenclatura diferente, divide o que ele chama "orações complexas de transposição adverbial" em dois grupos: as subordinadas adverbiais propriamente ditas, que, segundo ele, exercem função própria de advérbio, funcionando como adjunto ou determinante circunstancial não-argumental do núcleo verbal (nesse caso, as que exprimem noção de tempo, lugar, modo, causa, concessão, condição e fim) e as subordinadas adverbiais comparativas e consecutivas, que "guardam certa analogia com as adjetivas, porque dependem de um antecedente, de natureza quantificadora ou de unidade quantificada e só mantêm relação direta com o núcleo verbal da oração junto com seu antecedente" (p. 473).

Bechara (1999) consegue perceber um problema presente na definição tradicional da oração adverbial. Se ela "funciona como adjunto adverbial de outra", como explicar as orações comparativas e consecutivas que não funcionam como adjunto adverbial? Outro problema é que, como se pode perceber, a abordagem tradicional de gramática costuma orientar a análise do chamado "período composto" apenas no sentido de ensinar os alunos a segmentar e a classificar as orações. Dessa forma, o processo textual-discursivo da articulação de orações recebe, nas escolas, um tratamento que não vai além do nível sentencial. Os professores, baseados nos compêndios gramaticais, costumam orientar os

alunos a memorizar listas de conectivos com a respectiva noção semântica a eles associada para que, a partir desse conhecimento, classifiquem as orações adverbiais como *causais, condicionais, concessivas, temporais, etc.*

Segundo estudiosos funcionalistas, tais como Decat (2001), uma análise que vise à classificação das orações com base apenas no conector que a encabeça não é suficiente, porque uma mesma proposição relacional pode ser inferida por conectivos diferentes ou, ainda, várias proposições relacionais podem ser inferidas pelo mesmo conector. Bechara (1999) já admite essa possibilidade

> As orações condicionais não só exprimem condição, mas ainda podem encerrar as idéias de hipótese, eventualidade, concessão, tempo sem que muitas vezes se tracem demarcações rigorosas entre esses vários campos do pensamento (BECHARA, 1999, p. 498).

Cegalla (1998) e Bechara (1999) acrescentam, à classificação tradicional das orações adverbiais, as modais e as locativas. Esses autores consideram que são adverbiais modais as orações introduzidas pela locução "sem que", tal como se encontra em (01), e orações adverbiais locativas, que equivalem a um adjunto adverbial de lugar e são iniciadas pelo advérbio "onde", como em (02). Os autores salientam que essas orações não estão consignadas na NGB, o que, para Cegalla (1998), constitui uma omissão. E acrescenta: "Existem ainda outros tipos de orações adverbiais", como em (03), que o autor analisa como adverbial de companhia (p. 368).

(01) Entrou na sala **sem que nos cumprimentasse.**[4]
(02) **Onde me espetam**, fico.
(03) Irei **com quem quiser me acompanhar.**

[4] Os exemplos 1 a 3 são de Cegalla (1998).

O resultado da pesquisa realizada por Decat (2001) que destacou a existência de estruturas que manifestam relações não constantes da listagem dos casos clássicos da Gramática Tradicional e que, nem por isso, deixam de expressar 'realce' ou algum dentre os vários tipos de circunstância, reforça essa observação dos autores.

Rocha Lima (1972) e Cegalla (1998) fazem a distinção entre as orações coordenadas explicativas e as subordinadas adverbiais causais:

> As orações coordenadas explicativas não devem ser confundidas com as subordinadas adverbiais causais: estas exprimem a causa de um fato, aquelas dão o motivo, a explicação da declaração anterior. (CEGALLA,1998, p. 342).

Diferentemente de todos os autores estudados, Bechara (1999) não apresenta essa distinção. Segundo esse autor, as orações coordenadas estão ligadas por conectores chamados *conjunções coordenativas*, que apenas marcam o tipo de relação semântica que o falante manifesta entre os conteúdos de pensamento designado em cada uma das orações sintaticamente independentes. Para ele, são três as relações semânticas marcadas pelas conjunções coordenativas ou conectores: aditiva, adversativa e alternativa. Portanto, ao contrário da tradição, o autor identifica, nas orações coordenadas explicativas e nas orações coordenadas conclusivas, uma relação semanticamente adverbial. Essa intuição do gramático é compatível com uma análise funcionalista que trata das relações entre termos e orações não apenas sob o ponto de vista sintático, mas leva em consideração os aspectos textual-semânticos e textual-discursivos.

Para Bechara (1999), a tradição gramatical, levada pelo aspecto de certa proximidade de equivalência semântica, tem incluído, entre as conjunções coordenativas, certos advérbios que estabelecem relações inter-oracionais ou intertextuais. São eles: *pois, logo, portanto, entretanto, contudo, todavia, não obstante*. Dessa forma, segundo a tradição, haveria as conjunções explicativas (*pois, porquanto, etc*) e conclusivas (*pois [posposto*], *logo, portanto, então, assim, por conseguinte, etc*), sem contar com *contudo, entretanto*, *todavia,* que se alinham junto com as adversativas. Segundo o autor, não incluir tais palavras entre as conjunções coordenativas é perceber que tais advérbios marcam relações textuais e não desempenham o papel conector das conjunções coordenativas, apesar de alguns manterem com elas certa aproximação ou mesmo identidade semântica.

Pode-se dizer que as intuições do gramático sinalizam a existência de fronteiras típicas de um processo de gramaticalização pelo funcionamento do advérbio, que é uma categoria maior, como conector, uma categoria menor, portanto mais gramatical. Segundo Hopper (1991, p. 32), “a gramaticalização é um processo gradual entre o "menos" e o "mais" gramaticalizado e não, necessariamente, entre o que está "fora" ou "dentro" da gramática".

Observamos que, na maioria das gramáticas, predomina uma abordagem taxionômica, de classificação discreta das orações adverbiais. Ainda assim, cumpre valorizar as intuições de alguns gramáticos tradicionais que, mesmo não adotando pressupostos, métodos e técnicas da ciência lingüística, são observadores atentos do funcionamento da língua.

Nas gramáticas e manuais de análise, observamos que os exemplos, em sua maioria, encontram-se descontextualizados, isto é, sem relação com o texto em que ocorrem. Além disso, parece ainda predominar, no ensino de gramática, uma preocupação terminológica e tipológica, que enfatiza o desempenho na tarefa de classificação das

orações, mediante a memorização dos conectivos, em detrimento da análise dos aspectos textuais e discursivos. É exatamente por isso que o ensino tradicional das orações tem recebido fortes críticas dos lingüistas funcionalistas, sobretudo, por não considerar ocorrências reais de uso da língua e por restringir-se, apenas, ao nível sentencial.

Vale ressaltar que, como analisamos, alguns autores tentam preencher as lacunas deixadas pela visão tradicional da língua, sinalizando, apesar de não adotarem pressupostos funcionalistas, que se faz necessário observar o uso da língua.

Feitas as considerações sobre a visão tradicional das orações adverbiais, apresentaremos, no próximo capítulo, a visão funcionalista para a análise das orações.

2. BASE TEÓRICA FUNCIONALISTA

2.1. Pressupostos teóricos funcionalistas

Por nos voltarmos para a investigação do uso da articulação hipotática adverbial na construção da argumentação em textos concretos, buscamos, para a presente pesquisa, fundamentação teórico-metodológica no funcionalismo lingüístico, que se caracteriza por conceber a língua como instrumento de interação. Portanto, assumimos que o sistema lingüístico não pode ser analisado como um objeto autônomo (Givón, 1995), mas como uma estrutura que está sujeita à pressão das diversas situações comunicativas.

Numa análise funcionalista, a função mediadora que a forma lingüística desempenha no ato comunicativo tem papel predominante, pois o interesse da investigação lingüística vai além da estrutura gramatical, buscando, no contexto discursivo, a motivação para os fatos da língua. Fica, portanto, a cargo do funcionalista analisar a base funcional que constitui o sistema lingüístico e o qualifica como instrumento de interação. A análise funcional tem como questão básica verificar o modo como os falantes se comunicam eficientemente, ou seja, o que se examina é a competência comunicativa dos falantes. Nesse paradigma, concebe-se que há uma relação entre o caráter instrumental, funcional do uso da língua e o caráter sistemático da estrutura lingüística, a gramática.

Segundo Dik (1989), a descrição lingüística se manifesta de acordo com a relação entre o falante, o ouvinte e os seus papéis na situação interacional. Por isso, o principal interesse do lingüista funcionalista está nos processos relacionados ao êxito dos falantes ao se comunicarem por meio das expressões lingüísticas visto que estas funcionam como mediação entre a intenção do falante e a interpretação do destinatário. Cabe, então, ao funcionalista, descrever as expressões lingüísticas considerando as funções que elas

atualizam em determinado contexto de uso. Para Neves (1997), isso implica considerar as estruturas das expressões lingüísticas como configurações de funções, sendo, cada uma delas, vista como um diferente modo de significação na oração. Isso implica dizer que a estrutura gramatical depende do uso que se faz da língua, ou seja, essa estrutura é motivada pela situação comunicativa.

Halliday (1973, *apud* Neves, 1997) afirma que o termo *função* é utilizado, no funcionalismo, para se referir ao *papel* desempenhado pela linguagem na vida dos indivíduos, servindo aos variados tipos universais de demanda. Para o autor, as várias funções da linguagem estão refletidas na estrutura lingüística. Portanto, a análise dessa estrutura é reveladora das funções a que a língua se presta.

Percebe-se, claramente, que, na análise funcionalista, o que tem papel predominante é a função que a forma lingüística desempenha no ato comunicativo. Esse pressuposto é fundamental para a presente pesquisa que intenta analisar as condições discursivas em que as construções adverbiais concessivas são usadas nos gêneros artigo de opinião e editorial, focalizando o papel que estas desempenham na construção da argumentação desses gêneros.

Outro pressuposto importante que caracteriza o funcionalismo lingüístico é a proposta de integração entre os domínios da semântica, da sintaxe e da pragmática. A sintaxe é vista como instrumental em relação à semântica e a semântica como instrumental em relação à pragmática. Isso porque, na análise funcionalista, esses componentes são interligados, pois os elementos sintáticos existem para codificação das opções semânticas e pragmáticas. Dessa forma, a pragmática encontra-se integrada à gramática e constitui o componente que comanda as descrições nos domínios sintático e semântico (Dik, 1989; 1997).

Segundo Dik (1989), uma teoria gramatical que tem como objetivo compreender a natureza da linguagem deve integrar, em seus estudos, os traços lingüísticos formais, semânticos e pragmáticos. Essa gramática deve integrar-se na teoria pragmática mais ampla de interação verbal.

No modelo de interação proposto por Dik, o falante organiza suas expressões lingüísticas de acordo com a sua estimativa de qual seja a informação pragmática do destinatário no momento da interação. Nesse sentido, o objetivo do falante, ao dizer algo, é provocar uma modificação na informação pragmática do destinatário. Para isso, precisa elaborar um plano mental, formulando sua intenção de forma a levar o destinatário a aderir a essa modificação. Desse modo, o falante tentará antecipar a interpretação do ouvinte que, a partir de sua informação pragmática, interpreta a expressão lingüística do falante na tentativa de reconstruir a intenção deste. Essa interpretação pode levar o interlocutor a modificar sua informação pragmática satisfazendo, assim, a intenção comunicativa do falante.

Por tudo isso, a gramática funcional, diferentemente da gramática tradicional que se prende apenas ao nível sentencial, considera o uso das expressões lingüísticas na interação verbal, o que pressupõe uma certa pragmatização do componente sintático-semântico do modelo lingüístico. Isso se dá porque a abordagem funcionalista procura explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso. Segundo Mackenzie (1992, *apud* Neves, 1997), a relação entre a instrumentalidade do uso da língua, o funcional, e a sistematicidade da estrutura da língua, a gramática, é não-arbitrária. Portanto, para se proceder a descrição sintática, cabe investigar as circunstâncias discursivas que envolvem as estruturas lingüísticas e seus contextos específicos de uso.

2.2. A perspectiva funcional para o estudo das orações adverbiais

Segundo perspectiva funcionalista, as relações entre as orações devem ser analisadas dentro dos contextos reais de uso, já que, segundo Mann e Thompson (1983) e Thompson e Mann (1987), uma proposição relacional pode ser inferida a partir da relação de coerência que nasce da combinação entre duas orações.

Diferentemente da visão tradicional em que as orações são classificadas de acordo com a dicotomia que opõe coordenação e subordinação, na perspectiva funcional, essa dicotomia é rejeitada por não dar conta da análise das ocorrências reais do processo de articulação de orações, o que pode ser atestado pela tentativa de estabelecer as distinções como dependência gramatical, mas não dependência lógica ou psicológica.

Alguns funcionalistas como Halliday (1985) e Matthiessen e Thompson (1988) rejeitam os termos coordenação e subordinação. Esses funcionalistas identificam, pelo menos para o que as gramáticas tradicionais analisam como "subordinação", dois tipos de categorias não-discretas: o **encaixamento** e a **articulação hipotática** de orações. Enquanto as orações adverbiais são classificadas como subordinadas pela Gramática Tradicional, na perspectiva funcionalista, que é a adotada na presente pesquisa, estas orações constituem uma relação de hipotaxe que está entre a parataxe (coordenação), em que há uma relação de independência, e o encaixamento (subordinação), em que há máxima dependência. Como se percebe, há uma escala que vai da não-dependência à máxima dependência, e a hipotaxe adverbial está no meio dessa escala.

Na proposta de Halliday (1985), para a análise das relações entre palavras, sintagmas e orações, distinguem-se, no plano sintático, o **encaixamento** (integração) e o

sistema de interdependência ou "tático", que responde pelas relações sintáticas de **hipotaxe** e de **parataxe**.

O **encaixamento** é um mecanismo por meio do qual uma oração ou sintagma funciona como constituinte dentro da estrutura de um grupo que, por sua vez, é um constituinte de uma oração. Uma oração encaixada não compõe diretamente a frase, já que sua relação com a oração nuclear é indireta, intermediada pelo grupo ao qual está ligada. Diferentemente do encaixamento, a **parataxe** e a **hipotaxe** são relações entre orações. A **parataxe** é a relação entre dois elementos de estatuto igual; e a **hipotaxe** é a relação entre elementos de estatutos diferentes, em que um elemento modifica o outro, sendo um dependente e o outro, o seu dominante.

No plano lógico-semântico, identificam-se as relações de **expansão**, em que a oração dependente expande a oração dominante por meio de **extensão**, **elaboração** e **realce**; e de **projeção**, em que um elemento é projetado por outro que o apresenta como uma locução, uma idéia, ou um fato.

A **elaboração** é um tipo de expansão no qual uma oração elabora o significado de outra, especificando-a ou descrevendo-a. A **extensão** é um tipo de expansão no qual uma oração amplia o significado de outra através de um acréscimo, de uma substituição ou de uma alternativa. O **realce** é um tipo de expansão no qual uma oração realça, salienta o significado de outra, qualificando-a com referência a *tempo, modo, lugar, causa ou condição.*

Para Halliday (op.cit.), as relações lógico–semânticas (elaboração, extensão e realce) podem ser associadas ao sistema tático (parataxe e hipotaxe) e também ao encaixamento. Dessa forma, a combinação elaboração + parataxe incluem as orações coordenadas assindéticas ou mesmo as orações justapostas; a combinação elaboração + hipotaxe incluem as orações adjetivas não-restritivas (explicativas); a combinação

elaboração + encaixamento incluem orações adjetivas restritivas; e a combinação hipotaxe + realce dá origem a construção que a Gramática Tradicional chama de "oração adverbial". O autor exemplifica como caso de hipotaxe de realce, o seguinte enunciado:

(04) Ele mora aqui **embora esteja no trabalho**. [5]

Decat (2001), com base em Halliday (1985), afirma que a hipotaxe de realce é o fenômeno de articulação de orações que se combinam para modificar, ou expandir, de alguma forma, a informação contida em outra oração, ou porção do discurso, o que é manifestado pelas relações circunstanciais. É exatamente essa combinação de hipotaxe com realce que resulta nas tradicionais orações adverbiais, que são objeto de nossa pesquisa.

Matthiessen e Thompson (1988), que tratam as relações entre as orações sob o ponto de vista da organização discursiva, também consideram a existência de tipos diferentes de interdependência entre as orações, reforçando a distinção entre encaixamento e articulação de orações. Assim, postulam a diferenciação entre o **encaixamento**, quando uma oração integra a estrutura de outra cuja dependência tem a ver com os fatos da língua, sendo determinada pela escolha do item lexical com o qual a oração está em constituência no desempenho de um papel gramatical; e a **articulação** em que há dependência, mas não há integração entre as orações, já que estas representam opções organizacionais para o usuário da língua na construção de seu discurso.

Para os autores, o encaixamento inclui as orações tradicionalmente chamadas substantivas e as adjetivas restritivas; e a articulação de orações incluem as tradicionalmente chamadas orações adverbiais, as participiais e as adjetivas não-restritivas.

---

[5]He lives there while he's on the job.

Como Halliday, os autores distinguem dois níveis de combinação de orações: a parataxe (tradicionalmente, a coordenação, a aposição, a citação) e a hipotaxe (tradicionalmente, as orações adverbiais).

Constata-se que, para esses autores, o uso de orações adverbiais constitui caso de articulação de orações e não de encaixamento. É exatamente na articulação hipotática que os citados autores concentram sua análise. Dessa forma, o tratamento funcionalista das relações entre orações se distingue do tratamento tradicional por considerar elementos que transcendem o nível sentencial. Busca-se, portanto, nessa análise, identificar relações textual-discursivas que só podem ser consideradas no contexto maior de uso das estruturas oracionais. Essa postura dos autores a respeito da articulação de orações embasa o presente trabalho justamente porque o que se pretende investigar é o contexto discursivo em que as construções concessivas se inserem e qual o papel destas na construção da argumentação em gêneros argumentativos.

Matthiessen e Thompson (1988) postulam que a gramática da articulação das orações reflete a organização do discurso, partindo do pressuposto de que o discurso é coerente, visto que os usuários de uma língua optam pelo tipo de relação de organização entre as partes do texto que mais lhes convêm para atingir os objetivos pretendidos. Assim, objetivando descrever um fator responsável pela coerência de textos, os autores identificam dois tipos de relações retóricas que envolvem as orações não-encaixadas: as de lista (parataxe) – quando não há nenhuma interdependência estrutural entre as orações, ou seja, em um par relacionado, nenhum membro é auxiliar de outro (ex. Pedro estuda e José trabalha) - e as de núcleo-satélite (hipotaxe) – quando um membro do par auxilia o outro, acrescentando algum tipo de circunstância, isto é, o par que funciona como satélite salienta o significado da oração que funciona como núcleo, qualificando-a em referência a *tempo, modo, lugar, motivo, condição*, etc (ex. Pedro estuda, porque José trabalha). Nessa

proposta, a articulação hipotática adverbial consiste em uma relação de núcleo-satélite, em que a oração adverbial é um satélite da informação núcleo. Os autores apresentam o seguinte exemplo de satélite concessivo:

(05) O seu convite para vir passar esse clima frio é tentador, **embora eu esteja esperando o resultado dos exames médicos** e nos próximos três meses estarei com o dedo imobilizado. [6]

Para esses autores, essas relações retóricas se estabelecem pelo julgamento que o falante faz, ao produzir seu texto, a respeito do estatuto de informações veiculadas. Algumas porções do texto são tomadas como centrais; outras, como complementares ou auxiliares. O falante espera que o receptor, no processo de compreensão, restabeleça essa hierarquia que se reflete na organização gramatical. Nessa relação que ocorre a partir da interação entre os usuários da língua, nem sempre o segmento analisado como núcleo coincidirá com a oração tradicionalmente classificada como "principal", pois o núcleo pode ser uma porção textual formada por mais de uma oração com que a hipotaxe adverbial se articula.

Outros autores como Lehmann (1988) e Hopper e Traugott (1993) não rejeitam os termos *coordenação* e *subordinação*, mas propõem que sejam tratados como categorias que preenchem um contínuo que vai da parataxe ao encaixamento.

Segundo Lehmann (1988), parataxe, hipotaxe e encaixamento não são categorias discretas, mas relações que podem ser encontradas ao longo de um contínuo que vai da não-dependência à máxima integração. Portanto, o processo de junção encontra-se em um contínuo de integração. O autor define **articulação de orações** como uma relação de dependência ou associação obtida entre orações, isso inclui tanto a coordenação quanto a

---

[6] 1. Your kind invitation to come and enjoy cooler climes is so tempting

2. but I have been waiting to lern the outcome of medical diagnosis

3. and the next 3 months will be spent having the main thumb joints replaced with plastic ones.

subordinação. Para Lehmann, a subordinação comporta a hipotaxe e o encaixamento e a coordenação comporta a parataxe; enquanto Halliday (1985) e Matthiessen e Thompson (1988) restringem o conceito de articulação de orações à parataxe e à hipotaxe.

Essa localização ao longo de um contínuo, segundo Lehmann (op.cit.), se faz a partir de seis parâmetros: degradação hierárquica da oração subordinada; nível sintático do constituinte ao qual a oração subordinada se liga; dessentencialização da oração subordinada; gramaticalização do verbo principal; entrelaçamento das duas orações; e grau de explicitude da oração. Quanto maior a quantidade de parâmetros presentes, mais próxima estará a relação da noção de subordinação propriamente dita.

A degradação hierárquica da oração subordinada relaciona-se ao grau de autonomia e de integração da oração subordinada à oração principal. À esquerda do contínuo está a parataxe, em que as orações se encontram no mesmo nível, não havendo, portanto, relação hierárquica entre as orações conectadas. À direita, está o encaixamento, em que há um alto grau de integração, a oração subordinada é constituinte da principal. Entre esses pólos há vários casos intermediários, nos quais a oração subordinada vai se tornando cada vez mais integrada à principal à medida que se aproxima do pólo direito do contínuo.

As orações adverbiais, objeto de estudo da presente pesquisa, estão entre a parataxe e o encaixamento, ocupando um lugar intermediário no contínuo.

O nível sintático do constituinte ao qual a oração subordinada se liga também se relaciona à autonomia e à integração. Formando uma hierarquia dentro do contínuo, apresenta os seguintes níveis sintáticos aos quais a oração está ligada: as orações ligadas são independentes, estão no nível do texto ⟶ a oração subordinada não faz parte da oração principal, mas está à margem desta ⟶ a oração subordinada está dentro de

sintagma verbal; formação do predicado complexo (caso, por exemplo, da perífrase formada pelo auxiliar inglês *will* mais um verbo não-flexionado como seu complemento).

A dessentencialização da oração subordinada diz respeito a uma gradação que vai das orações desenvolvidas até a nominalização. À esquerda do contínuo, estão as orações desenvolvidas; à direita está a nominalização (último estágio do processo de dessentencialização); e, na posição intermediária do contínuo, estão as orações não-finitas (reduzidas de infinitivo, gerúndo e particípio).

Quanto ao parâmetro **gramaticalização do verbo principal**, considera-se que a transformação de verbos lexicais em modais, auxiliares e afixos gramaticais que modificam semanticamente o significado do verbo subordinado é o fator de uma maior integração que origina a formação de predicados complexos.

No que concerne ao parâmetro **entrelaçamento,** observa-se o fato de duas orações compartilharem alguns elementos (verbo, sujeito, etc) de seus significados. Seu correlato sintático é a não explicitação desses elementos comuns. À esquerda do contínuo, não há compartilhamento entre as orações e, à direita, está a máxima identidade entre elas.

O último parâmetro, grau de explicitude da ligação, diz respeito à presença ou ausência de conectivo entre as orações. Quanto a esse parâmetro, tanto na hipotaxe quanto na parataxe as relações entre as orações podem ou não ser explicitadas por conectivos.

Também no que se refere ao nível de itegração entre as orações, Hopper e Traugott (1993) sugerem a seguinte escala:

parataxe >	coordenação >	hipotaxe	>	subordinação.
-dependente		+dependente		+dependente
-encaixada		-encaixada		+encaixada

Nessa proposta, na relação de **parataxe**, não há nenhuma dependência estrutural ou **encaixamento** entre as orações. A **coordenação** assemelha-se à **parataxe**, mas dela se diferencia pelo emprego de conectores coordenativos. A **hipotaxe** é uma relação em que, embora ainda não se possa falar em integração, há uma interdependência entre os termos. E, finalmente, a **subordinação** propriamente dita se caracteriza pela relação de dependência e pelo encaixamento da oração subordinada na oração principal.

Com base em tudo que foi visto até aqui, concluímos que a classificação das orações adverbiais como "subordinadas" parece equivocada, visto que elas apenas mantêm uma relação circunstancial com a oração ou seqüência com a qual se combinam, não havendo, portanto, encaixamento.

2.2.1. Relações textual-semânticas na articulação das orações

2.2.1.1. A proposição relacional inferida

Segundo Mann e Thompson (1983 e 1985) e Thompson e Mann (1987), a maneira como as orações se articulam, a relação de sentido que delas decorre, é um reflexo da organização discursiva geral, pois entre elas estariam as mesmas relações presentes no discurso como um todo. Para esses autores, as proposições relacionais são as inferências (significado) que emergem da articulação de orações.

Decat (1995), assumindo a orientação teórica desses autores, e partindo do pressuposto de que a hipotaxe é um fenômeno de articulação de orações usado pelo falante como opção para a estruturação de seu discurso, examinou as proposições relacionais que emergem da articulação de orações adverbiais com outras porções do discurso, e as funções discursivas a que essas orações se prestam.

A autora constatou que tanto o tipo de relação que emerge entre as orações, quanto a posição e a forma destas são influenciadas por três fatores: o gênero de discurso, que define a natureza das relações emergentes entre as orações, havendo predominância de certos tipos conforme se trate de narrativo ou dissertativo; a modalidade, que está relacionada à ocorrência de conexões implícitas ou explícitas (com uma marca formal, como o conectivo); e a variação individual, que se mostrou produtiva na medida em que a escolha, a partir de um repertório de possibilidades impostas pelo gênero ou, até mesmo, pela modalidade, feita pelo falante influi no quadro geral da caracterização do gênero discursivo. Isso reforça a idéia de que a análise da hipotaxe, com base discursiva, é imprescindível para se entender a estrutura coesiva do discurso.

Nesse trabalho realizado por Decat (1995), a análise se deu a partir dos tipos textuais: narrativo e dissertativo; além disso, a análise realizada pela autora não está centrada no papel argumentativo das hipotaxes adverbiais. Propomos, pois, uma análise que apresente o papel argumentativo das hipotaxes adverbiais em gêneros textuais específicos.

Segundo Decat (2001), uma análise com base, exclusivamente, no conectivo que encabeça a oração adverbial é inadequada, pois a relação semântica que emerge desse tipo de oração não é explicitada pelo conectivo, mas reflete a relação que emerge da combinação de orações. Dados de sua pesquisa demonstram que uma oração introduzida por um conectivo pode manter, com a porção maior do discurso, mais de uma relação proposicional.

A conjunção *quando*, por exemplo, além da relação temporal, como normalmente é identificada na classificação tradicional, pode manter com a porção maior do discurso uma segunda relação. É o que se observa em:

(06)... claro que eu levava uns travesseirinhos **quando não tinha LEIto ônibus LEIto... essas coisas**.[7]

Em (06), além da relação temporal, percebe-se que, da articulação da oração adverbial com a porção maior do discurso, emerge a proposição relacional inferida de "condição" fato que não ocorre em:

(07) então **quando eu fui falar** eu já tinha... já tava empregado.

No caso de (07), a inferência é exclusivamente temporal, mas não é o que sempre ocorre com essa conjunção, fato que é desconsiderado pela visão tradicional de gramática. Sabemos que as introduzidas por *quando*, além do valor temporal, podem ser inferidas outras noções. É o que revelou o estudo realizado por Cavalcante Filho (2005) que, analisando as proposições relacionais de orações iniciadas por quando, apresentou os seguintes exemplos:

(08) **Quando a Universidade Vale do Acaraú inaugurou um lugar apropriado para a oração**, a reflexão e estudos religiosos, ali na ermida São José, ela o fez à imitação do que fazia Jesus (...)

(09) Turistas estrangeiros que visitam a cidade costumam ficar chocados **quando percebem a dificuldade de uma pessoa idosa, ou de um deficiente, para atravessar uma rua.**

(10) A espiral da barbárie tem maior visibilidade **quando atinge pessoas da classe média** (...).

---

[7] Os exemplos de 6 a 13 são de Dect (2001). O corpus utilizado pela autora foi formado por discursos narrativo e dissertativo nas modalidades oral e escrita.

(11) Questiona-se por qual motivo a Aids é o alvo de tantos comentários, **quando outras doenças graves também causam mortes, como o câncer e a própria dengue.**

Nessas ocorrências, em (08) emerge a relação lógica de *tempo*; em (09), emerge a relação de *motivo*; em (10) a relação de *condição* e em (11) a relação de *concessão*.

Essa possibilidade de mais de uma relação semântica emergir da articulação adverbial ocorre também com outros conectores. É o que observamos em (12):

(12) E, **na medida em que eu preenchia [...] as condições favoráveis ao referido crime: mulher branca, morando sozinha em um apto. situado em um "bairro de pretos"** – como dizem -, vivi a situação descrita a seguir.

Observa-se que, em (12), além da relação proporção, infere-se a proposição relacional de "causa" ou "motivo" na articulação da oração adverbial em destaque.

Em (13), vê-se outro exemplo:

(13) Além disso, **se a oração inicial demonstrou constituir um ambiente desfavorável a SAE** e vimos que o iniciar um novo período corresponde a mudanças menos significativas que o iniciar um novo parágrafo...

Além da relação condicional, a oração adverbial em destaque mantém, com a porção maior do discurso, uma relação de causa / motivo.

Segundo a autora, em todos esses casos a decisão sobre qual das inferências é predominante (*tempo, causa, condição*) só será possível se levado em consideração o contexto discursivo e a função discursiva da oração hipotática adverbial.

Decat (2001) salienta que, numa análise funcionalista, a oração proporcional faz parte do campo semântico da temporalidade, porque a idéia de proporção pode estar indicando, nessa relação de tempo, uma simultaneidade ou coincidência dos eventos. Além disso, poderá também representar uma segunda proposição relacional inferida, a de *condição*. Como podemos perceber em (14), além de representar uma simultaneidade dos eventos:

(14) Destaca-se, a princípio, a Psicologia, mas, **à medida que os reformadores vão explorando e tentando levar à prática seus objetivos**, outras ciências humanas se insinuam e se estruturam.

Outro aspecto importante mostrado pela autora é que, nem sempre, a oração adverbial é introduzida por um conectivo conjuntivo como é o caso das orações que a NGB chama de *reduzida*s. Nesse caso, mais uma vez, ela salienta a importância do contexto discursivo para decidir a proposição relacional. É o que se pode perceber em (15):

(15) **Ao exigir que se trocasse o privilégio pela oportunidade** (decorrência direta da liberdade) centrava suas crenças no indivíduo.

Aqui Decat mostra que a equivalência do tipo "quando exigia que se trocasse..." não seria muito convincente, visto que, mais do que *tempo*, dessa ocorrência emerge a proposição relacional de *motivo*.

Nascimento (2003) analisou a aposição circunstancial, nesse tipo de construção também não há a presença do conectivo, mas a relação semântica pode ser inferida pelo contexto.

As gramáticas tradicionais e os livros didáticos costumam dirigir a análise desse tipo de ocorrência fazendo correspondência com orações desenvolvidas. Porém, é importante salientar que nem sempre é possível achar uma equivalência de significado da construção. Além disso, a tentativa de encontrar uma equivalência pode levar a enganos de interpretação sobre a relação adverbial mantida pela oração reduzida, como a autora mostrou nesse caso.

Ao analisar orações concessivas, Decat (op. cit.) mostrou a possibilidade de concessiva com inferência de *condição* como em (16) e de concessiva com inferência de *exclusão* como em (17).

(16) **mesmo que fosse num bairro de branco** cê não poderia morar sozinha

(17) mas aí ela levantava esses parâmetros sem::... nenhuma justificativa né? **sem dizer ó eu to com uma hipótese assim assim...**

É a noção de proposição relacional defendida pelos autores aqui explicitados que foi levada em consideração nesta pesquisa. A seguir, apresentamos as possíveis leituras para os operadores discursivos propostos por Sweetser (1990).

2.2.1.2. Domínios de interpretação: possíveis leituras para os operadores discursivos

Outra proposta interessante para a análise das relações hipotáticas adverbiais é a de Sweetser (1990). A autora discute as ambigüidades existentes no uso das conjunções e propõe uma análise que considere três possíveis leituras para esses operadores discursivos: como um veículo portador de conteúdo (**domínio de conteúdo**); como uma entidade lógica (**domínio epistêmico**) ou como um instrumento de um ato de fala (**domínio conversacional/ ou dos atos de fala**).

Segundo a autora, uma análise que considere as conjunções apenas como operadores lógicos é insuficiente para explicar a ambigüidade pragmática (em que um único valor semântico é, pragmaticamente, aplicado de maneiras diferentes, de acordo com o contexto pragmático) existente no uso de tais operadores.

Sweetser (op.cit.) ressalta que as conjunções causais, no domínio de conteúdo, marcam a causalidade de um evento no mundo real. Como em:

(18) João voltou **porque** a amava.[8]

Em (18) o motivo da volta de João foi seu amor por alguém, o que marca um evento do mundo real.

Já as causais no domínio epistêmico marcam a causa de uma crença ou conclusão. É o que se percebe abaixo:

(19) João a amava, **porque** ele voltou[9].

---

[8] John came back because he loved her. Os exemplos 18 a 21 foram obtidos de Sweetser (1990).
[9] John loved her, because he came back.

Nessa ocorrência, a conjunção não mais indica a causa do retorno de João, mas a conclusão a que se chega na oração nuclear a partir do que foi exposto na oração introduzida pela conjunção. Eu acredito, eu concluo que João a ama porque ele voltou.

Para a autora, as causais no domínio conversacional indicam uma explicação causal de um ato de fala que está sendo desempenhado, como em:

(20) O que você estará fazendo esta noite, **porque** há um bom filme em cartaz.[10]

Em (20) o falante justifica sua pergunta por meio de uma oração causal.

A autora mostra que há casos em que só o contexto é capaz de desfazer a ambigüidade e indicar em que domínio a conjunção foi empregada. É o caso de:

(21) Ela foi, **porque** deixou seu livro no teatro ontem à noite.[11]

Nesse caso, a frase tanto pode ser entendida como uma declaração a respeito da saída de uma pessoa e seguida da razão para sua saída (domínio de conteúdo), isto é, enuncia o motivo de sua ida ao teatro foi ter deixado o livro; quanto como uma conclusão lógica (domínio de epistêmico), como se o enunciador afirmasse: Eu sei que ela foi, porque eu descobri que ela deixou seu livro no teatro.

A autora observa ainda que as orações não separadas por vírgula são forçosamente interpretadas como pertencentes ao domínio de conteúdo. Isso porque, quando não se tem pausa entre as orações, a oração inicial é considerada informação pressuposta, o que só é possível nos casos de conjunção de conteúdo.

A partir da proposta de Sweetser (1990), Neves (1999) desenvolveu uma análise das conjunções concessivas que considerasse essas três leituras.

---

[10] What are you doing tonight, because there's a good movie on.
[11] She went because she left her book in the movie theater last night.

Segundo Neves (op.cit.), no domínio de conteúdo, um fato é apresentado na oração concessiva como obstáculo, mas não impede o fato que é expresso na oração nuclear. É o que se observa em (22):

(22) normalmente eu não estou assim muito por dentro dos preços dos alimentos... **embora** eu ouça minha tia às vezes falar que está tudo muito caro...[12]

No domínio epistêmico, Neves analisou que o fato que vem expresso na oração nuclear contraria a conclusão a que se poderia chegar a partir da premissa expressa na oração concessiva, como em:

(23) eu tenho quase certeza (do número de estudantes) **embora** não tenhamos a lista.

As conjunções concessivas no domínio conversacional, que contrariam um ato de fala que está sendo desempenhado, foram exemplificadas pela autora em ocorrências como:

(24) carne nós comemos muito no sul... **se bem que** a viagem que eu fiz ao sul foi há muitos anos.

O estudo realizado por Neves (1999) é de grande contribuição para o trabalho aqui apresentado, uma vez que analisa o emprego de conjunções concessivas com base na proposta de Sweetser. Vale salientar que a análise feita por Neves é de um *corpus* oral

[12] Os exemplos 18 a 22 são de Neves (1999). A autora analisou um corpus oral do NURC, e o estudo integra os trabalhos da Gramática do Português Falado.

enquanto a presente pesquisa utiliza num *corpus* escrito de textos pertencentes a gêneros com seqüência[13] expositivo-argumentativa.

2.2.2.Funções textual-discursivas na articulação das orações

Segundo a perspectiva funcional, a linguagem dispõe de recursos para que o falante possa apresentar a distinção entre o que é central e o que é periférico no seu discurso. Dentre esses recursos, tem-se, segundo Givón (1979), o mecanismo de contraste Figura-Fundo que corresponde ao que é central e ao que é periférico, para que a comunicação se processe de forma satisfatória. Ou seja, para que os interlocutores possam partilhar a mesma perspectiva, o emissor orienta o receptor a respeito do grau de centralidade e de perificidade dos enunciados que constituem o discurso.

Como a oração adverbial reflete a organização do discurso, ou seja, a intenção comunicativa do falante, é importante analisar a posição dessa oração ocupa com relação à oração nuclear. Essa posição está intimamente ligada ao planejamento do discurso, o que significa que o falante decide, de acordo com sua intenção comunicativa, a posição que a hipotaxe adverbial vai ocupar em relação à informação núcleo.

É necessário, pois, que se analisem as funções textual-discursivas a que as hipotaxes adverbiais se prestam. As funções são textuais porque emergem da organização das informações do texto e são discursivas porque têm a ver com o propósito comunicativo, já que o falante deixa transparecer uma determinada intenção na forma como organiza as informações contidas nas orações.

---

[13] Seqüência diz respeito ao modo de organização cognitiva dos conteúdos. Esse assunto será detalhado no capítulo de análise.

Segundo Decat (2001), a oração adverbial costuma ser usada como *fundo*, a moldura, a informação necessária à compreensão do que é relatado no núcleo. Nas ocorrências apresentadas pela autora, as orações constituindo *fundo* apareceram tanto em posição final quanto em posição inicial. Em (27), é interessante observar que, mesmo com a proposição relacional de *concessão* (que normalmente leva à anteposição), a oração concessiva ocorre no final por sua função primeira de emoldurar a informação que precedeu:

(25) Estava brincando num lote vago ao lado de minha casa, catando algumas flores amarelas que nasciam ali **sem que ninguém as plantasse.**[14]

O tipo de proposição relacional e a função discursiva determinam a organização seqüencial das orações adverbiais que, dependendo da intenção comunicativa do falante, podem estar antepostas ou pospostas à porção de discurso com que se articulam. Dessa forma, a oração adverbial pode organizar-se de forma a constituir realce, especificando, emoldurando a informação dada, ou servindo de conexão discursiva. Perceber essa relação, portanto, só será possível mediante uma análise que vá além do nível sentencial.

Além do funcionamento da oração adverbial como *fundo*, Decat (op.cit.) analisou em seu *corpus* orações que serviam de *guia* para o ouvinte, orientando-o para o que seria dito a seguir. Podemos perceber isso a seguir:

(26) **Ao voltar de um trabalho no Rio** resolvo procurar meu ginecologista pois estava com a menstruação atrasada e não me sentia bem.

[14] Os exemplos 25 a 27 são de Decat 2001.

Como já dissemos, a hipotaxe adverbial é uma relação de núcleo-satélite em que a oração adverbial é o satélite que 'realça' aquilo que é expresso no núcleo. A posição que o satélite vai ocupar, antes ou depois do núcleo, segundo Decat (2001), decorre de dois fatores: a seqüência de eventos e a função discursiva. A proposição relacional inferida é um dos fatores determinantes para o posicionamento do satélite, ora anteposto, ora posposto ao núcleo.

Muitas vezes, a posposição da oração decorre da necessidade de realçar/emoldurar a informação expressa no núcleo, constituindo um 'adendo' por parte do falante. A posposição pode ser vista como uma forma de um comentário de avaliação por parte do falante em relação ao que foi expresso no núcleo.

Quando aparece anteposta, a oração adverbial tem a função de tópico que serve de ponto de partida para a estruturação da informação expressa no núcleo. Assim, orações que indicam *tempo, condição, concessão, motivo* tendem a aparecer antepostas, no intuito de orientar o receptor para a informação que virá em seguida. É o que se pode perceber no exemplo dado pela autora:

(27) **Se este movimento de reafirmação for considerado como uma reação em defesa do já conseguido**, é possível contextualizar esses dois eventos.

Segundo Decat (2001), a oração adverbial, que se caracteriza por exercer a função de *fundo*, pode, ou não, ser alvo de destaque, dependendo da intenção do falante, e passar a funcionar como tópico. De acordo com a autora, o *fundo* dará conta de sua função referencial e avaliativa, e a topicalização manifestará a sua função discursiva.

A partir dessa perspectiva, percebe-se que somente uma análise funcional-discursiva que considere a intenção do falante e as estratégias por ele utilizadas na

interação poderá dar conta das funções textual-discursivas das hipotaxes adverbiais, que, nesta pesquisa, constitui categoria de análise mais relevante.

Mostradas as propostas funcionalistas para o estudo das orações que embasam a nossa pesquisa, apresentaremos, a seguir, algumas concepções sobre o termo *concessão* e o cotejo entre a visão tradicional e a visão funcionalista especificamente para as orações concessivas.

3. A NOÇÃO DE CONCESSÃO E A ORAÇÃO CONCESSIVA

3.1.O conceito de concessão

Discutir o conceito do termo *concessão* tem sido uma preocupação dos lingüistas ao longo do tempo.

Ascombre (1985) argumenta que há uma confusão entre o conceito de concessão utilizado pelos gramáticos e pelos lingüistas e o conceito de concessão da língua ordinária, que deriva do verbo *conceder*. O autor mostra que os conectores concessivos não podem ser substituídos por expressões como **eu concordo, eu admito**; já que não têm nada de consentimento. Ainda mostra que essa substituição só é possível se for acrescentado à oração nuclear outro conector como: *mas, contudo, todavia, entretanto*. Assim, muitas vezes, as construções mesclam a marca concessiva com a marca adversativa. Mostraremos alguns desses casos no capítulo de análise.

Hermodsson (1994 *apud* Zamproneo,1998) apresenta o termo *concessão* como originado do substantivo latino *concessio*, que significa "concessão"/ "cessão" (ceder). Segundo ele, o termo *concessivae* encontra-se na Grammatica Latina do holandês Gerardus Vossius (1625) e na Grammatica Philosophica do alemão Gaspar Scioppius (1628); portanto o termo surgiu no início do século XVII.

Hermodsson (op. cit.) faz algumas intervenções no emprego do termo *concessão* e propõe a substituição do termo *concessiva* por *não-causal*, estabelecendo uma relação entre as construções concessivas e as construções causais; já que a expressão *apesar de* (*obwoll*) dá a idéia de oposição em relação à causa prevista. Nesse ponto, o autor percebe a evidente ligação da concessão com a frustração de causalidades possíveis. Harris (1988, *apud* Neves, 1999) aponta a existência dessa ligação. Para ele, enquanto nas orações

causais (que estão num extremo) a relação de causa entre a subordinada e a nuclear é afirmada, nas concessivas (que estão no outro extremo) o vínculo causal entre as orações envolvidas é negado. Outro aspecto negativo no emprego desse termo, apresentado pelo autor é que, numa construção, o falante "consente" na oração introduzida pela conjunção, mas levanta uma objeção contra ela na oração nuclear. Por isso, uma construção concessiva não deve ser considerada como uma concessão ou consentimento.

Depois de traçarmos as discussões do conceito de *concessã*o, apresentaremos, a seguir, o que dizem a gramática tradicional e a gramática funcionalista a respeito das orações concessivas.

3.2. As chamadas "orações concessivas" na gramática tradicional

As orações concessivas, por estarem entre as adverbiais, são vistas pela Gramática Tradicional como subordinadas. Segundo Celso Cunha (1985), as orações subordinadas adverbiais classificam-se de acordo com a locução conjuntiva que as encabeça; assim, é concessiva se a conjunção que a introduz é subordinativa concessiva. Percebemos, mais uma vez, que a definição apresentada pelos gramáticos baseia-se no conectivo o qual inicia a oração. Esse tipo de explicação não esclarece ao aluno como ele deve classificar as orações, visto que os autores, na verdade, apresentam uma explicação circular.

Bechara, como já mostramos no capítulo 1, divide a oração adverbial em dois grupos: as subordinadas adverbiais propriamente ditas, que exercem função própria de advérbio, dentre elas as concessivas; e as subordinadas adverbiais comparativas e consecutivas. Para o autor, as orações são concessivas:

> Quando a subordinada exprime que um obstáculo – real ou suposto – não impedirá ou modificará, de modo algum, a declaração da oração principal.
>
> (BECHARA, 1999, p. 496)

Percebemos que o autor não limita a sua definição à presença do conectivo na oração concessiva. Na verdade, sua definição leva em consideração a relação estabelecida entre as orações. Como o citado autor, Cegalla (1998) apresenta uma definição pautada na relação semântica estabelecida entre as orações. Ambos os autores apresentam, diferentemente da maioria dos gramáticos que só consideram concessivas orações introduzidas por um número fixo de conjunções ou locuções conjuntivas (*embora, ainda que, mesmo que, apesar de etc.*), exemplos com outras conjunções. É o que vemos no exemplo abaixo usado por Cegalla:

(28) **Se o via derrubado, rosto no pó**, nem por isso o respeitava menos. (Ondina Ferreira)

O autor apresenta, para o exemplo, a correlação entre **se** e **embora** (**Embora** o visse...). Com isso, percebemos que, de maneira geral, os gramáticos buscam explicar as análises a partir de equivalências. É o que fazem, por exemplo, quando vão definir as orações adverbiais como sendo aquelas que equivalem a um advérbio.

Bechara (1999) considera que "conteúdos de valor concessivo podem vir justapostos, iniciados por unidades alternativas". Cegalla, embora não apresente nenhum comentário a esse respeito, também apresenta exemplos desse tipo. É o que percebemos em:

(29) **Quer estudes, quer não**, aprenderás facilmente a lição.[15]

---

[15] O exemplo (29) é de Bechara e o (30) é de Cegalla.

(30) **Chovesse ou fizesse sol**, o major não faltava.

Bechara (op.cit.) acrescenta que essas orações denotam que a possibilidade de ações opostas ou diferentes não impede a declaração principal; além disso, o verbo dessas orações está sempre no subjuntivo.

Como podemos notar, alguns autores já percebem falhas nas definições apresentadas pela tradição gramatical, já que estas não conseguem ser suficientes para explicar o uso da língua.

3.3. As orações concessivas na perspectiva funcionalista

Se na visão tradicional as orações concessivas são vistas como dependentes no mesmo grau das substantivas e das adjetivas restritivas, na visão funcionalista, elas são vistas como uma relação de hipotaxe em que a oração concessiva é usada pelo falante para expandir uma outra oração, realçando seu significado e qualificando-a com referência à concessão. Nessa perspectiva, a oração concessiva tem uma relação de dependência com a nuclear bem menor do que a que ocorre nas orações encaixadas (substantivas e adjetivas restritivas).

As orações concessivas, de acordo com a perspectiva funcional, representam importantes opções lingüísticas usadas pelo falante para tentar influir no outro e fazer com que este compartilhe o ponto de vista defendido.

É justamente o caráter dialógico das construções concessivas, que envolve o "jogo argumentativo", que nos faz acreditar que estas construções constituem uma opção lingüística relevante para a construção da argumentação em textos opinativos como os artigos de opinião e editoriais.

Halliday e Hasan (1976) consideram as construções concessivas uma relação adversativa assim como a que se encontra nas orações adversativas. Para eles, o significado básico dessa relação é a "contrariedade à expectativa".

Van Dijk (1980) também coloca as orações concessivas e as adversativas num mesmo tipo de relação ("conexões contrastivas"). Segundo o autor, essas conexões se caracterizam por abrigarem eventos cujo curso e cujas propriedades contrariam as expectativas acerca daquilo que os "mundos" normais deixam transparecer.

Neves (1999) discorda de van Dijk, pois, para ela, não se trata de relações entre "mundos", já que a construção concessiva não pode ser equacionada sem que interfira a relação falante-ouvinte, e sem que se evoquem noções como compartilhamento do conhecimentos, plausibilidade de argumentação e admissão de objeção.

Neves descreve o caráter lógico-semântico das orações concessivas em que **p** é a oração subordinada e **q** a oração nuclear. Citando Mira Mateus *et alli* (1983), a autora mostra que uma oração é desse tipo quando **p** não constitui razão suficiente para **não q**. Entre as orações, a relação que se estabelece é de frustração da implicação pressuposta, que pode ser uma implicação causal ou uma implicação condicional. Nesse caso, segundo Neves, a causalidade pressuposta na oração concessiva é negada na oração nuclear **q**; e a condição pressuposta em **p** não é suficiente para evitar **q**. A autora ainda salienta que são as noções de natureza lógico-semântica que relacionam as construções concessivas à causalidade e à condicionalidade, enquanto a natureza argumentativa as aproxima das construções adversativas. A autora salienta que

> Um estudo das construções concessivas sob o ponto de vista lógico não conseguirá dar conta da complexidade dessa relação. É necessário, principalmente, levar-se em conta a natureza essencialmente argumentativa de uma construção concessiva, que, mais do que relacionar estados de coisas, põe em contraste argumentos do discurso. (Neves, 1999, p. 558)

Para a autora, na construção concessiva, o falante pressupõe a objeção do ouvinte e declara que tal objeção não impedirá nem modificará o propósito expresso na oração nuclear.

3.4. A subcategorização das orações concessivas

Alguns lingüistas como Lopes (s/d) e Mateus *et alli* (1983) têm classificado as orações concessivas em factuais/reais, eventuais/potenciais e contrafactuais/irreais.

As orações concessivas **factuais** são aquelas em que o estado de coisas expresso pela oração concessiva não impede a realização do estado de coisas expresso na oração nuclear. Neves (1999) identifica orações concessivas factuais em ocorrências como a que se encontra em (31).

(31) contei também o número de estudantes ... quarenta e um ...e:eu tenho quase certeza **embora** não tenha a lista

As orações concessivas **eventuais** são aquelas em que o eventual estado de coisas expresso pela oração concessiva não impede a realização da oração nuclear. Isso quer dizer que o fato expresso na oração concessiva é um fato possível, que pode ou não se realizar, que, independente disso, não impede que o estado de coisas expresso pela oração nuclear ocorra. Segundo Neves (1999), autores como Quirk *et alii* (1978) e Renzi e Salvi (1991) denominam orações como essas *condicionais concessivas*.

No *corpus* analisado pela autora, ela identifica a seguinte ocorrência como concessiva eventual:

(32) nós temos as reuniões ... muito mais participação, porque, **mesmo que** alguns professores faltem porque tenham outros ... outros afazeres no ambulatório, mas sempre tem um bom número de reuniões

As construções concessivas **contrafactuais** são aquelas em que um estado de coisas é apresentado na oração concessiva como irreal, ou seja, ele é um estado de coisas que nunca aconteceu ou nunca poderá acontecer. O falante imagina algo que não corresponde ao "mundo real", no qual o fato expresso na oração nuclear se realiza mesmo que o fato expresso na oração concessiva (que, na verdade, não se realiza) também ocorresse. O exemplo abaixo, da fala coloquial, ilustra uma ocorrência desse tipo.

(33) **Nem que a vaca tussa**, eu farei o que ela pede.

Neves (1999), em seu *corpu*s, não encontrou nenhuma ocorrência desse tipo de concessiva. O mesmo ocorreu com o *corpus* analisado na presente pesquisa. Esse fato era esperado, visto que o *corpus* em análise é da modalidade escrita.

O estudo desenvolvido por Neves (1999) oferece relevante contribuição para nossa pesquisa, já que temos como foco a argumentação e pretendemos avaliar a multifuncionalidade da natureza lógico-semântica e pragmático-discursiva dessas construções na relação com os propósitos comunicativos de gêneros com seqüência expositivo-argumentativa.

A seguir, apresentamos a concepção de alguns autores a respeito da argumentação e do caráter argumentativo das orações concessivas.

4. ORAÇÃO ADVERBIAL CONCESSIVA E ARGUMENTAÇÃO

Koch (1999), adotando uma perspectiva pragmática que analisa o uso dos enunciados considerando o contexto, afirma que "a interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade" (p. 17). A autora defende que o ato de argumentar constitui o ato lingüístico fundamental. Dessa forma, podemos dizer que a argumentação está presente em todas as manifestações da linguagem

Porém, acreditamos que as marcas lingüísticas da argumentação são mais freqüentes nos textos essencialmente argumentativos, visto que, ao percebermos a língua como um instrumento de interação social, encaramos o discurso como um meio o qual utilizamos para tentar influir no outro e fazer com que ele compartilhe de nossas opiniões. Encaramos as escolhas lingüísticas como importantes estratégias argumentativas utilizadas pelo falante para defender um ponto de vista. Por isso, optamos por verificar o uso das orações concessivas nos artigos de opinião e editoriais, que são gêneros essencialmente argumentativos, cujo objetivo do emissor é persuadir o interlocutor.

Dessa forma, textos com seqüência expositivo-argumentativa representam uma situação dialógica em que o emissor tenta persuadir o interlocutor, o que significa que, para a argumentação se desenvolver a contento, é necessário preocupar-se com a "platéia", pois, segundo Pelreman (1996), a argumentação visa provocar "adesão dos espíritos" às teses apresentadas ao seu assentimento, caracterizando-se, portanto, como um ato de persuasão. Para o autor, convencer e persuadir constituem atos diferentes. O ato de convencer se dirige unicamente à razão, mediante um raciocínio estritamente lógico e por meio de provas objetivas, sendo, assim, capaz de atingir um "auditório universal". Por outro lado, o

ato de persuadir procura atingir a vontade, o sentimento do(s) interlocutor (es), por meio de argumentos plausíveis ou verossímeis, dirigindo-se a um "auditório particular", podendo conduzir a inferências que podem levar o auditório à adesão aos argumentos apresentados.

Bechara (1954) considera que o pensamento concessivo tem origem argumentativa. Segundo o autor

> A concessão deve ter nascido no momento em que as declarações do falante sentiram o peso da argumentação contrária do interlocutor.(...) A prática cotidiana habilitou o homem a pressupor, no correr de suas asserções, a objeção iminente. Enunciar o pensamento contando e obstruindo os obstáculos que o interlocutor ou interlocutores apresentariam era o propósito da idéia concessiva (Bechara, 1954, p. 9)

A partir da afirmação do autor, percebemos que, na oração concessiva, o falante pressupõe uma objeção por parte do ouvinte e, na oração nuclear, declara que essa objeção não será suficiente para impedir ou modificar o propósito defendido no texto.

Ascombre e Ducrot (1983), como Koch, defendem a idéia de que a língua é essencialmente argumentativa. De acordo com a teoria da argumentação desenvolvida por esses autores, a argumentação está inscrita na própria língua, ou seja, que são os próprios elementos lingüísticos que orientam a argumentação e não os fatos que podem ser representados pela língua. Segundo eles, há elementos na língua que servem para indicar a orientação argumentativa pretendida pelo emissor (locutor), os operadores argumentativos. Nessa proposta, os operadores funcionam como pistas lingüísticas dadas pelo emissor para que o receptor possa interpretar o argumento defendido no texto.

Nas orações concessivas, os operadores, ou marcadores argumentativos, contrapõem argumentos orientados para argumentações contrárias. Essa relação é expressa

por conectores como *embora, apesar de, ainda que, mesmo que*, etc, cujo conteúdo se opõe a algo explícito ou implícito. No caso das relações estabelecidas pelas orações concessivas, o que prevalece é a orientação argumentativa expressa pela oração nuclear, não introduzida pelo conector. Isso ocorre porque o objetivo do emissor, para fortalecer seus argumentos, é conduzir o interlocutor a perceber que o valor que deve preponderar é aquele que não está na oração concessiva; dessa forma, poderá convencer o outro com mais facilidade.

Neves (1999) aponta duas etapas para o pensamento concessivo: a elaboração da hipótese de uma objeção por parte do ouvinte e a refutação a essa objeção. Assim sendo, as orações concessivas representam uma refutação por parte do locutor que, pressupondo uma objeção por parte do interlocutor, usa a oração concessiva para rebater essa objeção e reforçar o argumento defendido no texto.

Segundo Ducrot (1977), a refutação é um ato ilocutório o qual, como todo ato, é uma atividade destinada a transformar a realidade. Essa transformação é de natureza jurídica, pois todo ato ilocucional é um ato jurídico na medida em que coloca em jogo uma mudança nas relações legais entre os interlocutores. Desse modo, no ato ilocutório da refutação, também ocorre uma transformação dessa natureza, já que o enunciador é conduzido a argumentar, expondo as razões de sua refutação, e o interlocutor é levado a uma reação.

No caso das orações concessivas, o ato da refutação fica evidente uma vez que, como já dissemos, o interlocutor é conduzido a perceber que o que prevalece na argumentação é o que está na oração nuclear, pois o obstáculo apresentado na oração concessiva não é suficiente para anular aquilo que é exposto na outra oração. Assim, a "reação" do interlocutor, esperada pelo enunciador, é a adesão daquele à tese apresentada no texto.

Segundo Brandão (1998), a argumentação contém em si um movimento de negação, uma vez que nunca se argumenta sem o objetivo de modificar de algum modo o pensamento ou julgamento de alguém.

Por tudo que foi exposto até aqui, percebemos que, de fato, o uso das orações concessivas envolve um diálogo estabelecido entre falante e ouvinte, em que o falante apresenta na oração concessiva uma objeção por ele pressuposta, mas que faz prevalecer a idéia expressa na oração nuclear, tal como afirma Neves (1999).

No capítulo seguinte, apresentamos uma análise do uso de orações concessivas em editoriais e artigos de opinião, publicados em jornais e revistas de circulação nacional.

5. UMA ANÁLISE DO USO DE ORAÇÕES CONCESSIVAS EM ARTIGOS DE OPINIÃO E EDITORIAIS

Neste capítulo, apresentamos uma análise do uso das orações concessivas na construção da argumentação dos artigos de opinião e editoriais publicados em jornais e revistas.

Embasamo-nos na perspectiva funcionalista, que estuda a língua em seu contexto de uso, integrando o componente pragmático à semântica e à sintaxe. Nesse paradigma, a língua é vista como um instrumento de interação, portanto há uma necessidade de se investigar como os falantes fazem uso das estruturas lingüísticas para se comunicarem.

Dessa forma, buscamos analisar as orações adverbiais considerando o contexto discursivo em que elas se inserem, na tentativa de investigar como o produtor dos gêneros em estudo usa as orações concessivas para persuadir o leitor.

Com base nos pressupostos funcionalistas apresentados no capítulo 2, para a análise das orações concessivas, tivemos os seguintes objetivos:

1. verificar que aspectos sintáticos das hipotaxes concessivas usadas nos artigos de opinião e editoriais podem ser correlacionados com os conteúdos textual-semânticos e com as funções textual-discursivas.

A hipótese é a de que a posição das hipotaxes concessivas (anteposição, intercalação e posposição) em relação à oração nuclear e a explicitação de expressões conectivas nessas hipotaxes estão relacionadas aos conteúdos textual-semânticos (proposição relacional inferida) e às funções textual-discursivas (tópico, adendo, etc).

2. verificar que função textual-discursiva predomina no uso das orações concessivas em artigos de opinião e editoriais.

A hipótese é a de que, nesses gêneros, a função de tópico seja predominante em virtude do propósito de orientar argumentativamente a interpretação dos conteúdos que se seguem.

3. analisar as conjunções concessivas nos domínios: de conteúdo, epistêmico e conversacional (Sweetser, 1990).

A hipótese é a de que, nos gêneros artigo de opinião e editorial, as "concessivas são mais utilizadas para contrastar conteúdos proposicionais ou negar conclusões possíveis a partir de pressupostos dados", tal como constatou Neves (1999 p. 557); portanto, nesses gêneros, a leitura de domínio epistêmico poderia ser mais freqüente.

4. verificar que tipo de concessiva (factuais/reais, eventuais/potenciais e contrafactuais/irreais) predomina nos gêneros com seqüência expositivo-argumentativa, como os editoriais e artigos de opinião.

A hipótese é a de que predominam as orações concessivas factuais, já que, nesses gêneros, o falante estaria relacionando fatos jornalísticos reais e não fatos prováveis.

5. analisar o papel desempenhado pela articulação hipotática adverbial concessiva na construção da argumentação em artigos de opinião e editoriais.

A hipótese básica é a de que a hipotaxe adverbial concessiva representa o lugar de um possível argumento contrário não suficiente para rebater a tese que o enunciador assevera na oração nuclear.

Finalmente, cumpre ressaltar que, com este estudo, objetivamos analisar, de um modo integrado, todos esses aspectos sintáticos, textual-semânticos e textual-discursivos associados ao uso das hipotaxes concessivas, considerando que eles se encontram condicionados pelos propósitos socialmente reconhecidos desses gêneros, tal como assume Nogueira (2005). No projeto integrado de pesquisa intitulado A Constituição dos Enunciados: estudos de orientação funcionalista.

5.1. METODOLOGIA

5.1.1. O *corpus*

5.1.1.1. Caracterização do *corpus*

Para Adam (1991), os modos de organização cognitiva dos conteúdos em estruturas prototípicas de narração, descrição, argumentação, explicação e diálogo são *seqüências,* e não *gêneros*, já que se relacionam ao aspecto estritamente lingüístico da composição textual. De acordo com Marcuschi (1999), o agrupamento de textos segundo traços lingüísticos comuns (narração, argumentação, exposição, descrição e injunção) designa um *tipo textual*; já a realização desses tipos de textos em situações reais de comunicação é o que recebe a designação de *gênero textual* (telefonema, notícia, carta pessoal, reportagem, editorial, artigo de opinião etc).

Desse modo, concebemos gêneros textuais como tipos relativamente estáveis de enunciados, associados a diversas atividades desenvolvidas, que se caracterizam pelos conteúdos e pelos meios lingüísticos de que se utilizam. Assumimos, com Bakhtin (1997), um enfoque sócio-interacionista, que associa a diversidade do uso da linguagem à diversidade das práticas sociais dos diferentes grupos. O enfoque sócio-interacionista

também se encontra em Bronckart (1999), para quem as ações de linguagem se materializam discursivamente dentro dos diferentes gêneros discursivos.

Como, na presente pesquisa, o objetivo é relacionar o caráter lógico-semântico e o caráter textual-discursivo das construções concessivas ao propósito de persuasão do falante em relação ao ouvinte, ou seja, à argumentatividade, analisamos gêneros textuais que apresentam seqüência expositivo-argumentativa. Por esse motivo, optamos por constituir um *corpus* com amostras textuais pertencentes aos gêneros artigo de opinião e editorial.

Não há hipóteses, neste trabalho, que prevejam diferença entre esses dois gêneros, portanto, a escolha deve-se apenas à diversificação da amostra, já que ambos são textos argumentativos em que o autor defende um ponto de vista sobre um determinado assunto. Porém, durante a coleta e análise do *corpus,* alguns resultados nos levaram a refletir a respeito da influência que o caráter mais pessoal, ou menos pessoal, desses gêneros poderia ter no uso das orações concessivas. por esse motivo, comentários a esse respeito serão feitos no decorrer da análise.

a) Os textos de seqüência expositivo-argumentativa

Um discurso argumentativo visa intervir diretamente sobre opiniões, atitudes ou comportamentos de um interlocutor ou auditório. Isso significa que argumentar é influir no outro, é buscar a adesão.

Segundo Adam (1992), a argumentação pode ser abordada considerando-se o nível da organização da textualidade (dimensão seqüencial). Nesse caso, a argumentação é entendida como uma forma de composição elementar, em que os locutores possuem representações prototípicas referentes aos esquemas de argumentação.

O autor postula que os argumentos constituem premissas que visam a apoiar ou refutar uma proposição (conclusão). Como a argumentação visa sempre a um ouvinte ou a um público específico, as premissas escolhidas revelam a idéia que o locutor faz das suas representações (conhecimentos, crenças, ideologias) de seu interlocutor.

Com base na proposta de Bakhtin (1997) de que a seqüência é um plano de organização textual presente na composição dos gêneros do discurso, Adam (1992) postula que existem na língua formas fundamentais da linguagem comum que podem estar disponíveis em uma infinidade de combinações e transformações. Desse modo a seqüência se caracteriza pelo fato de que pode ser atualizada no texto mediante as exigências pragmáticas dos enunciados.

O autor propõe que o protótipo da seqüência argumentativa seja:

Seqüência argumentativa					
TESE anterior	+	DADOS (Premissas)	Ancoragem das inferências	então provavelmente	CONCLUSÃO (nova tese)
P. arg 0		P. arg 1	P. arg 2		P. arg 3
				A menos que RESTRIÇÃO P. arg 4	

QUADRO 1 – Esquema típico da seqüência argumentativa
Fonte: Adam (1992, p. 118).

Segundo Adam (op. cit.), os argumento 1, 2 e 3 se apóiam na tese anterior (P. arg. 0), no caso particular da refutação, e a conclusão (nova tese); P. arg. 3 pode ser reformada e retomada ou não por uma conclusão que reitere no fim da seqüência; “a tese anterior (P. arg. 3) pode estar subentendida” (Adam, 1992, p. 118).

Assim, o esquema de base seria: um argumento (dado) e uma conclusão (nova tese), passando por uma regra de inferência. Um exemplo dado pelo autor é: A marquesa tem as mãos doces, mas eu não a amo.

Nesse exemplo, **A marquesa tem as mãos doces** é um argumento-dado para a conclusão **eu a amo**. Essa conclusão, segundo o autor, se dá através de uma inferência que ancora a passagem do dado à conclusão. No exemplo supracitado, ocorre uma restrição (refutação ou exceção) à conclusão a que se poderia chegar (A marquesa tem mãos doces logo eu a amo). Essa refutação é introduzida pelo operador argumentativo **mas** que tem valor concessivo.

Assim, o autor conclui que a relação entre dados e conclusões pode ser implícita ou explicitamente fundamentada (garantia ou suporte) ou contrariada (refutação ou exceção). Para Adam, o esquema de base da argumentação sempre põe em relação dados e conclusão. Porém, mesmo quando o argumento-dado conduzir provavelmente a uma determinada conclusão, sempre será possível uma contra-argumentação.

Essas considerações de Adam são relevantes, para a presente pesquisa, visto que o autor atribui à escolha de argumentos um papel essencial para a adesão do ouvinte. Encontramos, na oração concessiva, exatamente a função de apresentar-se como um provável contra-argumento que não é suficiente para impedir que aquilo que é expresso na oração nuclear ocorra.

b) Os gêneros jornalísticos artigos de opinião e editoriais

O artigo de opinião e o editorial constituem gêneros jornalísticos que funcionam como espaço para a defesa de um ponto de vista. Nesse espaço, o jornalista expõe diversos pontos de vista sobre um determinado assunto, em geral polêmico, e argumenta em defesa

de sua opinião. Esses gêneros textuais apresentam uma linguagem crítica, ideológica, adotada pelo jornal (editorial) ou pelo redator do texto (artigo de opinião).

Na literatura jornalística, tanto o artigo de opinião quanto o editorial são definidos como textos opinativos. Porém, enquanto o artigo de opinião representa o ponto de vista do redator do texto, o editorial expressa a opinião institucional diante de fatos de grande repercussão.

Segundo Melo (1985), nos editoriais, as grandes empresas jornalísticas atualmente expressam a opinião das forças que as mantêm, portanto sua argumentação dirige-se formalmente à opinião pública, mas, na realidade, encerra uma relação de diálogo com o Estado, pressionando-o para a defesa de interesses dos segmentos empresariais e financeiros que representam. Tudo isso corrobora para o caráter impessoal desse gênero que, segundo Melo (op. cit.), se justifica pela própria transição das empresas jornalísticas que deixaram de ser propriedades individuais ou familiares e se tornaram organizações complexas.

Assim, o editorial não é assinado, enquanto o artigo de opinião o é; no editorial, há o uso da terceira pessoa do singular ou da primeira pessoa do plural, enquanto, no artigo de opinião, há o uso da primeira pessoa do singular, já que o autor expressa uma opinião particular e não da empresa de comunicação a que está vinculada.

É importante ressaltar que o editorial de revista, geralmente, destina-se a um comentário sobre uma reportagem apresentada na revista e, na maioria das vezes, essa reportagem é a da capa. Nesse caso, esses editoriais quase não apresentam expressões opinativas, visto que a argumentação se restringe à exposição das matérias.

Entendemos que as opções lingüísticas, entre elas as orações concessivas, feitas pelos produtores desses gêneros são recursos de que a língua dispõe e que certamente servem como reforço à argumentação, o que justifica nossa escolha por esses gêneros.

5.1.1.2. Constituição e delimitação do *corpus* de análise

O *corpus* foi coletado, a partir de sites da internet, das revistas *Veja* e *Época* e dos jornais *Folha de São Paulo, O globo, Diário do Nordeste* e *O povo*. Optamos, para constituí-lo, por textos publicados no primeiro semestre de 2005, por considerarmos interessante garantir a atualidade dos temas debatidos. Nesses textos, obtivemos 100 ocorrências das hipotaxes em questão, sendo 50 ocorrências de construções concessivas em artigos de opinião e editoriais publicados em revistas; e 50 do mesmo tipo de construção nesses mesmos gêneros em jornais. Portanto, o critério utilizado para delimitar o *corpus* não foi o número de textos, mas o número de ocorrências.

5.1.2. Procedimentos metodológicos

Conforme especificamos nos objetivos e nas hipóteses, a presente investigação centra-se no papel argumentativo das orações concessivas em artigos de opinião e editoriais publicados em revistas e jornais de circulação nacional. Portanto, nas análises quantitativa e qualitativa dos dados levantados, consideraremos o contexto em que essas construções adverbiais se inserem.

A análise qualitativa procurou manter constante diálogo com a fundamentação teórica deste trabalho. Os resultados foram analisados na perspectiva de descrever o uso da articulação das hipotaxes adverbiais concessivas no *corpus,* considerando-se as categorias de análise relativas aos aspectos sintáticos, textual-semânticos e textual-discursivos tal como sugere Nogueira (2005). Para tanto, foram levados em consideração os resultados dos estudos realizados por Decat (1995 e 2001) e por Zamproneo (1998) e por Neves (1999), discutidos na fundamentação teórica, ambas baseadas em Mathiessen e Thompson

(1988) para quem a combinação entre as cláusulas reflete uma propriedade organizacional básica do discurso.[16]

Observamos, em cada hipotaxe do *corpus*, as seguintes categorias de análise:

1. Categorias sintáticas

a) Expressões conectivas: embora, ainda que, apesar de, etc.

b) Posição: anteposição, intercalação e posposição em relação à nuclear.

2. Categorias textual-semânticas

a) Relação textual-semântica

b) Domínios de interpretação das conjunções: de conteúdo, epistêmico e conversacional.

c) Subcategorização das orações concessivas: factuais/reais, eventuais/potenciais, contrafactuais/irreais.

3. Categorias textual-discursivas

a) Função textual-discursiva

b) Papel argumentativo.

Postulamos que há uma correlação entre esses aspectos, sintáticos, textual-semânticos e textual-discursivos, e a argumentatividade do artigo de opinião e do editorial. Acreditamos que as opções lingüísticas que os autores desses gêneros realizam são importantes estratégias argumentativas que o emissor utiliza para defender seu ponto de vista sobre o tema em debate.

Na análise quantitativa, cada ocorrência foi codificada, de modo a constituir um arquivo de dados para a utilização dos programas *Makecell* e *Crosstab* do pacote

[16] Segundo Decat (2001), discurso aqui se identifica com texto, entendido por Costa Val (1991) como "ocorrência lingüística falada ou escrita, de qualquer extensão, dotada de unidade sociocomunicativa, semântica e formal", uma "unidade de linguagem em uso".

computacional *Varbrul.* O primeiro é responsável pelos cálculos porcentuais de freqüência relativa a cada variável; o segundo, pelo cruzamento das variáveis. A adoção desses programas permitiu a manipulação de um volume considerável de dados com a garantia de que todos eles serão analisados sob uma mesma perspectiva quantitativa.

Após obter os resultados porcentuais, fizemos a interpretação destes a partir da perspectiva funcionalista aqui apresentada, com o propósito de verificar a legitimidade das hipóteses formuladas. A sistematização dos resultados deu-se mediante a inter-relação dos aspectos sintáticos, textual-semânticos e textual-discursivos.

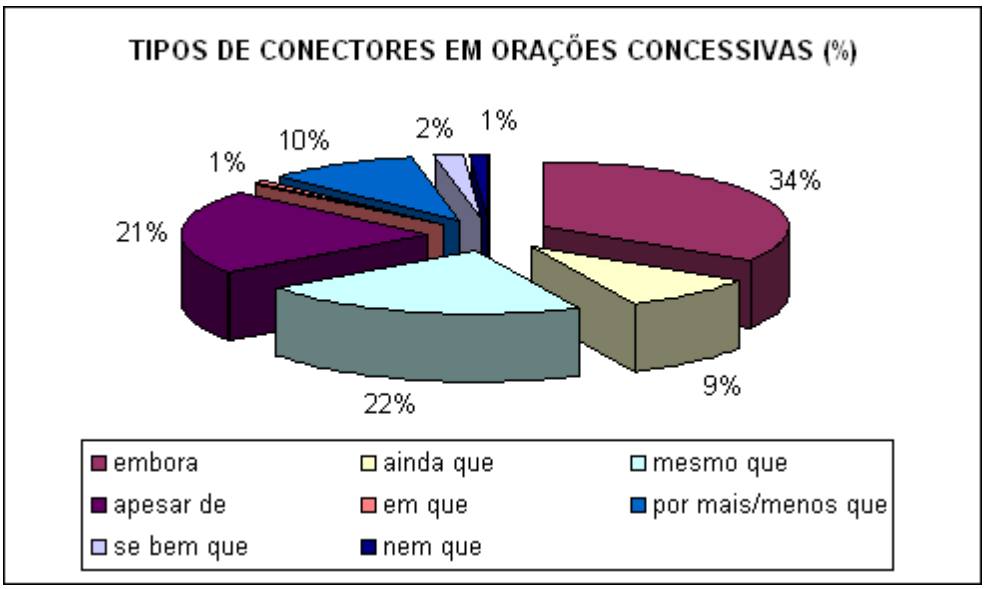
5.2 O USO DAS ORAÇÕES CONCESSIVAS EM ARTIGOS DE OPINIÃO E EDITORIAIS - RESULTADOS

5.2.1. Aspectos sintáticos

5.2.1.1. Tipos de conectores

Os resultados relativos ao tipo de conjunção / locução conjuntiva encontrada no *corpus* em análise são apresentadas no gráfico 1 que se segue.

Gráfico 1



Como podemos perceber, a conjunção mais freqüente no *corpus* foi **embora**, que ocorreu em 34% das orações analisadas. Esse resultado já era esperado, visto que este é considerado por Zamproneo (1998) e Neves (1999) o conector concessivo por excelência. Depois, em segundo lugar, temos a locução conjuntiva **mesmo que/quando** num total de 22% das ocorrências, seguida de **apesar de,** com 21%das ocorrências.

É interessante ressaltar que 23 das 34 orações com **embora** ocorreram em editoriais e artigos publicados em jornal. Já a locução conjuntiva **mesmo que/quando** ocorreu, em sua maioria, nos textos publicados em revista; foram 17 das 22 ocorrências. Como o **embora**, a locução conjuntiva **apesar de** ocorreu, em sua maioria, em textos publicados em jornal, foram 12 das 21 ocorrências.

As ocorrências abaixo ilustram o uso desses conectivos:

(34) A lei das probabilidades admite a existência de nepotes competentes e honestos, **embora a lógica afirme que devem ser raros: quem tem méritos costuma ter também o orgulho de subir na vida por conta própria**. É coisa de quem sabe que o currículo conquistado por conta própria vale bem mais que o *pedigree* . (AOJ)[17]

(35) Assim deve ser o princípio básico de uma política pública de cultura para a cidade: criar as condições de possibilidades. Uma política cultural que não sucumba aos imperativos mercadológicos; que invente; que se diferencie. **Mesmo que erre mais e acerte menos**, os acertos valerão o investimento. (AOJ)

(36) Brasil, segue sendo realizado clandestinamente à razão de centenas de milhares por ano **apesar do que digam o Código Penal e o papa**. Essa, contudo, é uma interpretação laica. (AOJ)

[17] A referência entre parêntese dos exemplos do *corpus* compreende: AO = ARTIGO DE OPINIÃO; ED = EDITORIAIS; J = JORNAL e R = REVISTA.

A freqüência de corrência da locução conjuntiva **ainda que** foi bem aproximada em jornal e em revista. Das 9 orações com **ainda que**, 4 foram de textos publicados em jornal e 5 de textos publicados em revista. Exemplos desse uso estão nas ocorrências abaixo:

(37) Deixou claro ainda que o rumo econômico do ministro Antonio Palocci Filho (Fazenda), de quem se disse "unha e carne", será mantido, **ainda que o preço seja uma dose conservadorismo**.(AOJ)

(38) O contraceptivo pode ser ingerido até 72 horas depois da relação sexual para evitar uma gravidez indesejada. A Igreja Católica, que tem alergia até mesmo a camisinha, sustenta que a pílula é abortiva, **ainda que não haja consenso científico sobre isso**, e fez pressão para que o programa fosse cancelado – e o prefeito cancelou. (AOR)

A locução conjuntiva **por mais/menos que** ocorreu com mais freqüência em revista, embora essa diferença tenha sido bem pequena. Das 10 ocorrências, 5 foram de revistas e 4 de jornais.. A ocorrência abaixo ilustra o uso da citada locução.

(39) Xuxa tem razão. **Por mais que se afirme o contrário**, o brasileiro não leva jeito para a música. (AOR)

Percebemos que as locuções conjuntivas **em que**, **nem que** e **se bem que** foram pouco freqüentes no corpus em análise. A ocorrência de **em que (pese)**, num artigo de opinião publicado em jornal, está ilustrada em (35):

(40) A referida reportagem noticia que no Município de Iguatu, sob o aval de representantes locais da Justiça, magistrados e promotores, foi instalada uma chamada “Defensoria Pública Municipal”. **Em que pese a boa intenção que possa estar por trás**

de tal iniciativa, é preocupante seu desamor ao texto constitucional, revelando-se, na verdade, um desserviço ao pleito dos necessitados. (AOJ)

Já a locução **nem que**, ilustrada na ocorrência abaixo, ocorreu num artigo de opinião publicado em revista.

(41) Não existe festa mais triste do que um Réveillon fora do país. Quando você percebe que é a única pessoa no recinto a vestir branco da cabeça aos pés, sua vontade é de pegar o primeiro vôo para o Brasil - **nem que isso signifique passar a meia-noite dentro de um avião.** (AOR)

A locução conjuntiva **se bem que** ocorreu duas vezes, uma em revista e uma em jornal. Essas ocorrências estão ilustradas a seguir:

(42) Pois bem, esse casuísmo entranhou-se na vida institucional brasileira e alimentou a vocação autoritária de suas elites dirigentes**. Se bem que os partidos políticos do Império fossem escolas de estadistas**, estavam impregnados de elitismo. (AOJ)

(43) Não está longe o dia em que a sua empregada diarista vai constituir firma e emitir nota. Eu não me surpreenderia se, depois de examinar a legislação tributária com atenção, os deputados e senadores pedissem demissão e se transformassem em empresas de lucro presumido. **Se bem que existe um aspecto positivo nisso tudo**. Enquanto o brasileiro se tornava um burro-de-carga-tributária, o governo conseguia desenvolver pelo menos uma área de excelência indiscutível. Já pensou se todos os ministérios tivessem a mesma eficiência da Receita Federal para cumprir metas e prazos? AOR)

É importante ressaltar que mais importante que a freqüência desses conectores, é observar que a idéia de concessão gramaticalizou expressões como **em que pese, nem que, se bem que,** pouco lembrados como elos concessivos no ensino Tradicional de gramática

que, originalmente, nada tinham de *concessão*. A noção de *concessão* orientou, nesse caso, a identificação dessa ocorrência como de oração concessiva.

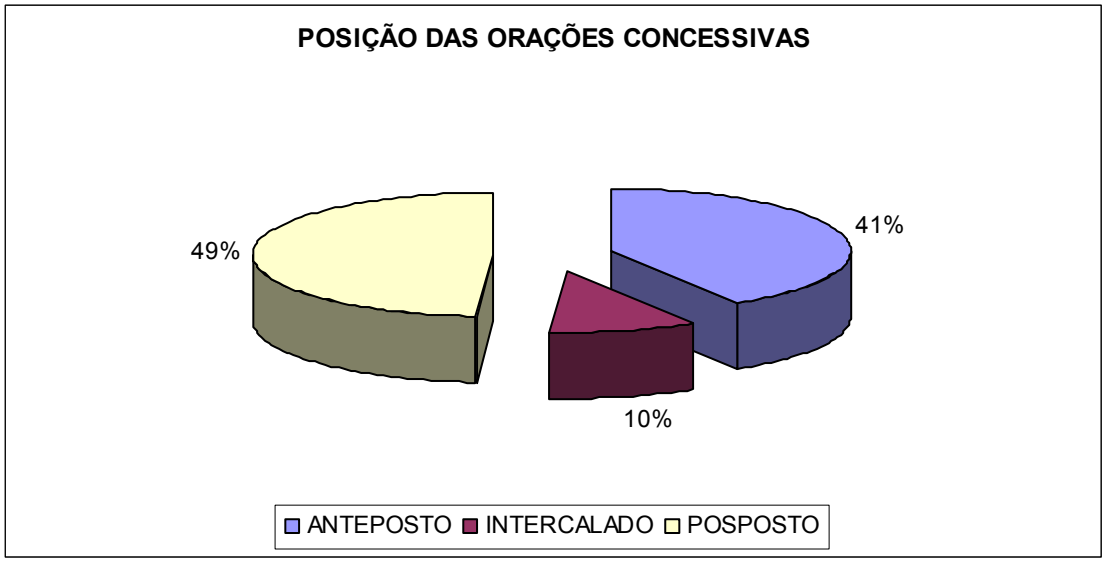
No tópico seguinte, apresentamos os resultados relativos à análise da posição da oração concessiva em relação à nuclear e o cruzamento desse resultado com o uso dos conectores.

5.2.1.2. A ordem (posição) da oração concessiva

Segundo Decat (2001), as orações adverbiais caracterizam-se como opções organizacionais, ou de planejamento do discurso, ou ainda, opções de uso; portanto refletem a maneira como o falante decide transmitir seus argumentos. É importante, pois, investigar a posição que essas orações ocupam em relação à nuclear, já que a ordem reflete a estratégia da qual o falante dispõe para a organização e coesão de seus discursos.

Dessa forma, analisamos a posição das orações concessivas em relação à oração nuclear e, embora a concessão, segundo Decat (2001), por sua natureza contrastiva, deva levar à anteposição, no *corpus* analisado, encontramos orações concessivas em três posições: antepostas, intercaladas e pospostas em relação à oração nuclear. Os resultados estão expostos no gráfico 2.

Gráfico2



Analisando o gráfico, percebemos que os resultados não confirmam a hipótese de que a oração concessiva tende a aparecer anteposta ao núcleo, pois percebemos que a posposição da oração concessiva em relação à oração nuclear foi mais freqüente. Essa freqüência da posposição nos artigos de opinião e editoriais é compatível com os resultados de Decat (1995). A autora analisou os discursos narrativos e dissertativos, nas modalidades oral e escrita, e constatou que nesses discursos predomina a posposição das orações adverbiais em relação ao núcleo.

No entanto, percebemos que a diferença entre o número de ocorrências antepostas e de ocorrências pospostas é muito pequena. Esse fato é compatível com os resultados de Decat (1995) que, ao analisar especificamente as orações concessivas, percebeu que a anteposição desse tipo de oração foi bastante significativa nos discursos por ela analisados. Segundo a autora, é a função avaliativa / argumentativa das orações concessivas que permite que elas possam ocorrer onde se fizerem necessárias. As orações a seguir ilustram as três posições encontradas:

(44) **Embora a evolução das relações de trabalho tenha contribuído para tornar a CLT passível de substanciais alterações**, não há dúvida ter sido ela um poderoso instrumento de organização sindical, de garantias de direitos e de representação classista de patrões e empregados. (EDJ)

(37) Deixou claro ainda que o rumo econômico do ministro Antonio Palocci Filho (Fazenda), de quem se disse "unha e carne", será mantido, **ainda que o preço seja uma dose conservadorismo.** (AOJ)

(45) Cerca de 74% da população, segundo a pesquisa, concordam com um projeto de lei que estipula o pagamento de um a dois centavos para cada mil litros de água consumida, para quem gasta mais ou polui; outros 88% acreditam que o País, **apesar de possuidor da maior reserva de água doce do mundo**, enfrentará problemas de abastecimento de água a médio ou longo prazos, em razão da forma como a água é utilizada. (EDJ)

A possibilidade de ocorrência das orações concessivas nessas três posições está relacionada a diferentes questões como a organização discursiva, a coesão textual e a distribuição de informação, por isso, é importante analisar o papel discursivo das orações antepostas, pospostas e intercaladas. Essa análise será mais detalhada no tópico “Funções textual-discursivas das orações concessivas”.

Os resultados obtidos no cruzamento da relação entre os tipos de conectores encontrados no *corpus* e a posição das orações concessivas podem ser visualizados no quadro 2.

Quadro 2:

CONECTORES CONCESSIVOS X POSIÇÃO DA ORAÇÃO

CONJUNÇÕES	ANTEPOSTO	INTERCALADO	POSPOSTO	TOTAL
embora	15	4	15	**34**
ainda que	1	0	8	**9**
mesmo que	4	1	17	**22**
apesar de	12	4	5	**21**
em que pese	1	0	0	**1**
por mais/menos que	6	1	3	**10**
se bem que	2	0	0	**2**
nem que	0	0	1	**1**
TOTAL GLOBAL	**41**	**10**	**49**	**100**

Analisando o quadro, percebemos que a conjunção **embora** ocorreu com a mesma freqüência em orações antepostas ou pospostas ao núcleo. As locuções **ainda que** e **mesmo que** tendem a aparecer pospostas, enquanto as locuções **apesar de** e **por mais / menos que** tendem a aparecer antepostas em relação à oração nuclear. **Em que** apareceu anteposta, **nem que** posposta e as duas ocorrências de **se bem que** foram antepostas.

5.2.2. Relações textual-semânticas na articulação das orações

5.2.2.1. A proposição relacional inferida

Para nossa análise, assumimos com Mann e Thompson (1983 e 1985) que as proposições são inferências que emergem da articulação de orações. Baseamo-nos na

análise apresentada por Decat (2001), em que a autora demonstra que de uma mesma articulação de orações pode emergir mais de uma proposição relacional. No *corpus* da presente pesquisa, como Decat, encontramos também orações de cuja relação emerge mais de uma inferência. É o que podemos perceber em (35), aqui repetida.

(35) Assim deve ser o princípio básico de uma política pública de cultura para a cidade: criar as condições de possibilidades. Uma política cultural que não sucumba aos imperativos mercadológicos; que invente; que se diferencie. **Mesmo que erre mais e acerte menos**, os acertos valerão o investimento. (AOJ)

Dessa oração, além da relação de concessão, emerge a relação de condição. Essa ocorrência corrobora

para o fato de alguns autores como Quirk *et alli* (1978) e Renzi e Salvi (1991), conforme salientamos no capítulo teórico, denominarem orações como essas *condicionais concessivas*.

Ao analisarmos a ocorrência (46), percebemos que dela emerge, além da relação de concessão, a relação de inclusão.

(46) **Mesmo para quem não tem vivência religiosa institucional**, a Páscoa pode lembrar a constante renovação à nossa volta. (AOR)

Mais uma vez, comprova-se a necessidade de uma análise que considere o contexto discursivo, pois é esse contexto que possibilita o reconhecimento das inferências possíveis em cada relação.

Segundo a Gramática Tradicional, as orações adverbiais introduzidas por conjunções subordinativas são denominadas orações adverbiais *desenvolvidas*. As orações adverbiais não introduzidas por conjunção subordinativa são denominadas *reduzidas*. Porém, percebemos que as orações chamadas *reduzidas* (com formas verbais não-finitas) podem ser introduzidas por advérbio ou preposição, ou ainda não apresentar marcador de relação entre duas orações. As orações *reduzidas*, analisadas em nosso corpus, são encabeçadas por locuções prepositivas e por advérbios concessivos. Exemplos desse tipo encontram-se nas ocorrências (47) com verbo no infinitivo, e (48) com verbo no gerúndio e particípio (49).

(47) No entanto, **apesar de restar apenas fragmentos**, não existe uma política pública adequada à conservação e recuperação destas áreas raras e essenciais para a biodiversidade, manutenção do clima e conservação das águas, das nascentes e rios do Ceará. (AOJ)

(48) Dia de beber vinho Dom Bosco, Cabeça de Touro ou Sidra Sereser, **mesmo correndo o risco da ressaca do sábado de aleluia**, dia de malhar o Judas.(AOJ)

(49) Estão longe de constituir novidade afirmações dando conta da persistência do fenômeno Padre Cícero**, mesmo passados 161 anos desde o nascimento do religioso que saiu do Crato para fundar a cidade de Juazeiro do Norte**, hoje um dos municípios mais desenvolvidos de todo o Nordeste, sob as eternas bênçãos do "Padim". (AOJ)

Segundo Zamproneo (1998), com base no parâmetro "dessentencialização" de Lehmmann (1988), as orações desse tipo apresentam maior integração sintática do que as orações desenvolvidas.

A seguir, apresentamos a análise pautada nos domínios de interpretação propostos por Sweetser (1990).

5.2.2.2 Domínios de interpretação: possíveis leituras para as orações concessivas.

Como expomos no capítulo 2, Sweetser (1990) discute as ambigüidades existentes no uso das conjunções e propõe uma análise que considere três possíveis leituras para esses operadores discursivos: como veículo portador de conteúdo (domínio de conteúdo); como uma entidade lógica (domínio epistêmico) ou como instrumento de um ato de fala (domínio conversacional / ou dos atos de fala).

Para essa análise, é necessário considerar o contexto pragmático em que essas conjunções são usadas. As ocorrências analisadas são ilustradas a seguir.

No domínio de conteúdo, identificamos as seguintes ocorrências de orações concessivas:

(50) Enquanto isto, os servidores são em números reduzidos, com salários ainda não condizentes com os seus misteres, **embora trabalhem com excelente desenvoltura**. (AOJ)

(51) Não é por acaso que todo mundo que pode vira prestador de serviço - **mesmo tendo de abrir mão de direitos trabalhistas históricos**. Afinal de contas, alguém precisa ter dinheiro sobrando no fim do mês para produzir as estatísticas de consumo e produção industrial que dão lustro às entrevistas do ministro Palocci. (AOR)

A leitura de domínio de conteúdo da ocorrência (50) seria:

O fato de os servidores ganharem salários ainda não condizentes com os seus misteres ocorre, apesar do fato de eles trabalharem com excelente desenvoltura, fato que poderia tê-los levado a ganhar melhores salários.

A leitura de domínio de conteúdo da ocorrência (51) seria:

O fato de todo mundo poder virar prestador de serviço existe, apesar do fato de eles terem de abrir mão de direitos trabalhistas, fato que poderia levar as pessoas a não querer virar prestadora de serviço.

Nessas possíveis leituras apresentadas, percebemos que o fato apresentado na oração concessiva é um obstáculo, porém esse obstáculo, que representa uma possível objeção por parte do ouvinte pressuposta pelo falante, não impede a realização do fato expresso na oração nuclear. Verificamos, portanto, que a leitura no domínio de conteúdo corresponde à formula concessiva **q** (oração nuclear) nega inferência de **p** (oração concessiva).[18]

A leitura de domínio epistêmico é possível nas ocorrências que seguem.

(52) Também é verdade que esses maus fiéis, os tais de "caóticos" aos quais dom Eusébio cardeal Scheidt se referiu, também são livres para declarar-se católicos **mesmo que não cumpram com as exigências do Vaticano**. (AOJ)

(53) Nada é de graça (**embora haja muitas bolsas para quem não pode pagar**). Há uma busca furiosa por recursos, onde quer que possam estar. (AOR)

Em (52), a leitura no domínio epistêmico seria algo do tipo:

[18] Neves (1984), tratando dos valores semânticos do conector interfrasal mas, apresenta a formula concessiva "q nega inferência de p" e em 1999, estabelece um paralelo entre essa formula e a proposta do Sweetser (1999) para a leitura das conjunções.

É verdade que os maus fiéis são livres para declarar-se católicos, apesar de que não é menos verdade que eles não cumprem com as exigências do vaticano, o que poderia levar à conclusão de que esses maus fiéis não poderiam declarar-se católicos.

Em (53), a leitura no domínio epistêmico seria algo do tipo:

É verdade que nada é de graça, embora não seja menos verdade que há muitas bolsas para quem não pode pagar, o que poderia levar à conclusão de que algumas coisas são de graça, o que contraria a generalização asseverada na oração nuclear.

Com essas possíveis leituras, baseadas na sugestão de Neves (1999), percebemos que aquilo que é expresso na oração nuclear contraria a conclusão a que se poderia chegar a partir de premissa contida na oração concessiva. Percebemos, portanto, que a leitura no domínio epistêmico corresponde a formula concessiva **p** (oração concessiva) nega a inferência de **q** (oração nuclear) proposta por Neves.

Em nosso *corpus*, encontramos apenas duas ocorrências de orações concessivas que permitem leitura no domínio conversacional são elas:

(54)- Será que a próxima geração vai continuar usando "queimar o filme", **mesmo quando ninguém mais souber que a fotografia dependia de uma película para se realizar? (AOR)**

(55)-No caso de um pretenso elitismo no Itamaraty, ficou a impressão de que o governo estava apostando no antiamericanismo e numa popularização na marra das hostes diplomáticas. **Mesmo que o governo tenha sido movido por essas intenções**, não seria mais fácil tornar a prova de inglês menos difícil e deixar tudo como estava? (EDR)

Nessas ocorrências, percebe-se que o falante coloca em relação dois argumentos: Em (54) o primeiro deles atua em favor do ponto de vista do interlocutor (sim, a próxima

geração vai continuar...). E o segundo argumento, que está na oração concessiva, é mais forte que o anterior e favorece o ponto de vista do falante (não, as gerações futuras...).

Em (55) o falante usa o primeiro argumento, que se encontra na oração concessiva, para admitir a consideração do interlocutor (o governo foi movido por algumas intenções), já o segundo argumento favorece o ponto de vista do falante (seria mais fácil tornar a prova de inglês menos difícil). Para essa leitura, baseamo-nos em Sweetser (1999). A autora afirma que, se um enunciado é imperativo ou interrogativo na forma, ele será mais apropriadamente interpretado como pertencendo ao domínio conversacional ou dos atos de fala.

Conforme já comentamos no capítulo 2, Sweetser (1999) afirma que determinados enunciados permitem leitura em mais de um domínio e, como assevera Neves (1999), nem sempre o contexto consegue dar conta dessa ambigüidade.

Por esse motivo, achamos mais apropriado não quantificar as ocorrências do nosso *corpus* em relação a essa leitura. Optamos, pois, por avaliá-la qualitativamente. De todo modo, vale ressaltar que a maioria das ocorrências permitem leitura de domínio epistêmico, o que evidencia que as orações concessivas tendem a contrastar proposições ou a negar conclusões possíveis. Esse fato reforça o caráter argumentativo dessas orações. Porém, várias ocorrências, mesmo podendo ser avaliadas como de domínio epistêmico, permitem leitura no domínio de conteúdo, o que interpretamos como decorrente do fato serem os gêneros jornalísticos ancorados em acontecimentos, fatos reais, ações dos homens em sociedade.

Essa possibilidade de leitura em mais de um domínio pode ser percebida na ocorrência (45), aqui repetida.

(45)-Cerca de 74% da população, segundo a pesquisa, concordam com um projeto de lei que estipula o pagamento de um a dois centavos para cada mil litros de água consumida,

para quem gasta mais ou polui; outros 88% acreditam que o País, **apesar de possuidor da maior reserva de água doce do mundo**, enfrentará problemas de abastecimento de água a médio ou longo prazos, em razão da forma como a água é utilizada. (EDJ)

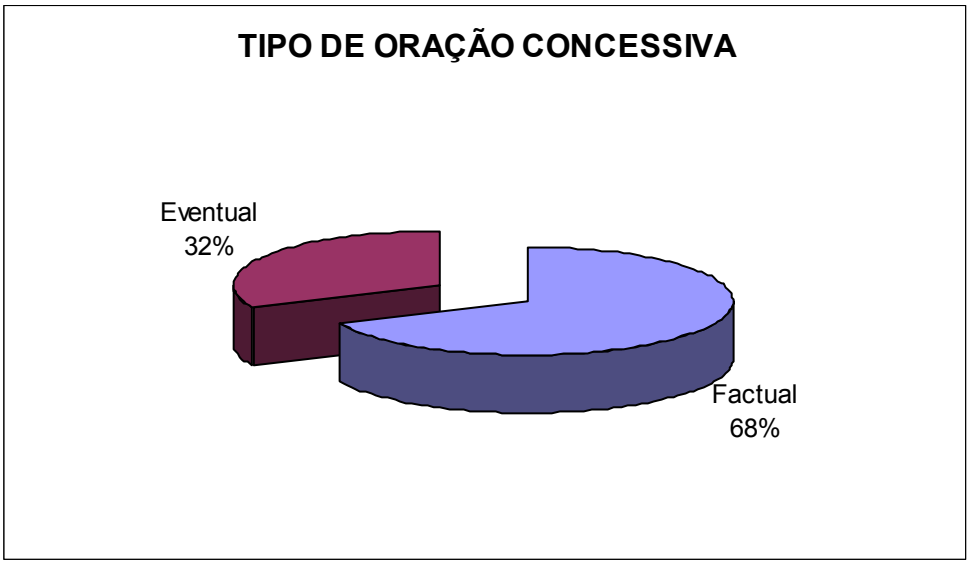
Nessa ocorrência, poderíamos analisar que o fato de o país possuir a maior reserva de água doce do mundo é um obstáculo para que 88% da população acredite que o país enfrentará problemas de abastecimento de água no futuro. Porém, esse obstáculo não impede que tal fato ocorra; então, teríamos uma leitura de domínio de conteúdo. Por outro lado, poderíamos analisar que o fato expresso na oração nuclear, 88% da população acredita que o país enfrentará problemas de abastecimento de água no futuro, contraria a conclusão a que se poderia chegar a partir da premissa contida na oração concessiva de que, sendo o maior possuidor de água doce do mundo, o país jamais enfrentará uma crise no abastecimento.

A análise aqui apresentada contribui para reforçar o ponto de vista da perspectiva funcional que adotamos: uma análise que considere apenas o caráter lógico-semântico não é suficiente para dar conta da complexidade da relação concessiva; por isso, é necessário considerar a natureza argumentativa de uma oração concessiva.

5.2.2.3. Os tipos de orações concessivas em artigos de opinião e editoriais

Classificamos cada ocorrência de oração concessiva a partir da subcategorização em factuais / reais, eventuais / potenciais e contrafactuais / irreais. O resultado dessa investigação pode ser visualizado do gráfico 3:

Gráfico 3



Esse resultado confirma a nossa hipótese de que, nos gêneros em análise, predominam as orações concessivas do tipo factual. As orações concessivas do tipo eventual ocorrem em 32% do *corpus*. Como se pode perceber, não encontramos nenhuma ocorrência de orações concessivas contrafactuais/irreais, como já comentamos anteriormente, isso se deve ao fato de nosso *corpus* ser escrito. Esse tipo de uso é freqüente na linguagem oral. Os exemplos que seguem ilustram ocorrências do tipo factual (34) e eventual (37), ambos já citados anteriormente.

(34)-A lei das probabilidades admite a existência de nepotes competentes e honestos, **embora a lógica afirme que devem ser raros: quem tem méritos costuma ter também o orgulho de subir na vida por conta própria**. É coisa de quem sabe que o currículo conquistado por conta própria vale bem mais que o *pedigree* . (AOJ)

(37) Deixou claro ainda que o rumo econômico do ministro Antonio Palocci Filho (Fazenda), de quem se disse "unha e carne", será mantido, **ainda que o preço seja uma dose conservadorismo**. (AOJ)

Ao relacionarmos a subcategorização das orações concessivas ao tipo de conectivo, percebemos que:

- Os conectores **embora**, **apesar de** e **se bem que** introduzem orações factuais. Essas ocorrências são ilustradas abaixo:

(56)- Ainda não se descobriu (**embora esteja sendo procurada**) forma de inibir o troca-troca — eu nomeio o seu, você nomeia o meu, sistema vagamente obsceno — e a oficialização da moralidade vai demorar: depende de uma comissão especial, que se manifestará depois de 40 sessões. (AOJ)

(57)- No entanto, **apesar de restar apenas fragmentos**, não existe uma política pública adequada à conservação e recuperação destas áreas raras e essenciais para a biodiversidade, manutenção do clima e conservação das águas, das nascentes e rios do Ceará. (AOJ)

(42)-Pois bem, esse casuísmo entranhou-se na vida institucional brasileira e alimentou a vocação autoritária de suas elites dirigentes**. Se bem que os partidos políticos do Império fossem escolas de estadistas**, estavam impregnados de elitismo. (EDJ)

- O conector **ainda que/quando**, em nosso *corpus*, introduz orações eventuais; é o que ocorre em (58)

(58)-Quando me convidaram a escrever esta coluna, adverti que sou muitas vezes não autobiográfica, mas auto-referente. O subjetivo é a minha marca, **ainda quando invento personagens que nada têm a ver comigo ou com pessoas reais**. Se o que é pessoal às vezes aparece nestes textos, hoje isso ocorre especialmente. (AOR)

Esse fato corrobora o resultado do estudo apresentado por Neves (1999), em que esse conector é mais comum em construções eventuais.

- O conector **mesmo (que)** introduz tanto orações factuais (49) como eventuais (48), é o caso dos exemplos abaixo, aqui repetidos.

(49)-Estão longe de constituir novidade afirmações dando conta da persistência do fenômeno Padre Cícero, **mesmo passados 161 anos desde o nascimento do religioso que saiu do Crato para fundar a cidade de Juazeiro do Norte**, hoje um dos municípios mais desenvolvidos de todo o Nordeste, sob as eternas bênçãos do "Padim". (AOJ)

(48)-Dia de beber vinho Dom Bosco, Cabeça de Touro ou Sidra Sereser, **mesmo correndo o risco da ressaca do sábado de aleluia**, dia de malhar o Judas. (AOJ)

- As orações introduzidas por **em que** (pese) e **nem que** do tipo eventual. Essas orações, já apresentadas anteriormente, são aqui repetidas.

(40) A referida reportagem noticia que no Município de Iguatu, sob o aval de representantes locais da Justiça, magistrados e promotores, foi instalada uma chamada "Defensoria Pública Municipal". **Em que pese a boa intenção que possa estar por trás de tal iniciativa**, é preocupante seu desamor ao texto constitucional, revelando-se, na verdade, um desserviço ao pleito dos necessitados. (AOJ)

(41) Não existe festa mais triste do que um Réveillon fora do país. Quando você percebe que é a única pessoa no recinto a vestir branco da cabeça aos pés, sua vontade é de pegar o primeiro vôo para o Brasil - **nem que isso signifique passar a meia-noite dentro de um avião.** (AOR)

- As orações introduzidas **por mais** / **menos que**, em nosso *corpus*, introduz oração do tipo eventual; é o que ilustra a ocorrência (59).

(59)-Nenhum outro povo, **por mais rico que seja**, tem o know-how do brasileiro para a passagem de ano. (AOR)

- As orações introduzidas por **se bem que** são do tipo factual; a oração (42) já apresentada é aqui repetida.

(42) Pois bem, esse casuísmo entranhou-se na vida institucional brasileira e alimentou a vocação autoritária de suas elites dirigentes**. Se bem que os partidos políticos do Império fossem escolas de estadistas**, estavam impregnados de elitismo. (AOJ)

Os resultados apresentados demonstram que a subcategorização das orações concessivas também está relacionada ao tipo de conectivo que as introduz. No entanto, é importante ressaltar que o contexto discursivo é sempre imprescindível para essa classificação.

5.3. Aspectos textual-discursivos

5.3.1. Funções textual-discursivas das orações concessivas nos artigos de opinião e editoriais

O caráter dialógico das construções concessivas, que envolve o "jogo argumentativo", nos faz perceber que estas construções constituem uma opção lingüística relevante para a construção da argumentação em textos opinativos como os artigos de opinião e editoriais. Para verificar como o emissor desses gêneros realiza essas opções na construção do discurso, correlacionamos a ordem das orações adverbiais (anteposição, intercalação e posposição) aos conteúdos textual-semânticos e às funções textual-discursivas.

Como já mencionamos, a posição das orações concessivas em relação à oração nuclear é determinada pelo papel discursivo dessas orações. Percebemos, portanto, a necessidade de analisar que funções discursivas decorrem do uso dessas orações. Em (44), aqui repetida, a oração concessiva funciona como tópico para a informação seguinte da oração nuclear. Devido ao propósito de orientar argumentativamente a interpretação dos conteúdos que as seguem, hipotetizamos que essa seria a função predominante das orações concessivas, como ocorre em (44)

(44) **Embora a evolução das relações de trabalho tenha contribuído para tornar a CLT passível de substanciais alterações**, não há dúvida ter sido ela um poderoso instrumento de organização sindical, de garantias de direitos e de representação classista de patrões e empregados. (EDJ)

Nesse exemplo, a concessiva já fornece uma moldura, uma informação necessária à compreensão do que é relatado no núcleo a seguir. Nesse caso, a oração concessiva funciona como fundo em relação à oração núcleo.

Na ocorrência (37), já mencionada, e aqui repetida, observamos que a oração constitui uma avaliação por parte do emissor em relação ao que vem expresso na oração nuclear. Isso justifica sua ocorrência posposta ao núcleo. Esse tipo de oração expressa uma atitude do falante, uma avaliação positiva ou negativa em relação à oração nuclear.

(37) Deixou claro ainda que o rumo econômico do ministro Antonio Palocci Filho (Fazenda), de quem se disse "unha e carne", será mantido, **ainda que o preço seja uma dose de conservadorismo.** (AOJ)

Com essa função de apresentar uma avaliação por parte do falante, temos outras ocorrências como (60) e (38) já citada.

(60) Ao contrário do que pensa parcela da Igreja Católica, dom Pedro Casaldáliga é um paradigma das virtudes cristãs, **mesmo para quem discorda de suas posições abertamente à esquerda.** (AOR)

(38) O contraceptivo pode ser ingerido até 72 horas depois da relação sexual para evitar uma gravidez indesejada. A Igreja Católica, que tem alergia até mesmo a camisinha, sustenta que a pílula é abortiva, **ainda que não haja consenso científico sobre isso**, e fez pressão para que o programa fosse cancelado – e o prefeito cancelou. (AOR)

Nessas Ocorrências, o autor do texto usa a oração concessiva para apresentar uma avaliação a respeito do argumento apresentado na oração nuclear.

As orações concessivas intercaladas, segundo Neves (1997), normalmente contribuem para a topicalização de elementos da oração nuclear. Em (45), aqui repetida, a oração concessiva tem sujeito correferencial ao da oração em que ela se intercala.

(45) Cerca de 74% da população, segundo a pesquisa, concordam com um projeto de lei que estipula o pagamento de um a dois centavos para cada mil litros de água consumida, para quem gasta mais ou polui; outros 88% acreditam que o País, **apesar de possuidor da maior reserva de água doce do mundo**, enfrentará problemas de abastecimento de água a médio ou longo prazos, em razão da forma como a água é utilizada (EDJ)

Verificamos, também, a oração intercalada funcionando como ressalva a um predicado da oração nuclear como em:

(51) Ainda não se descobriu **(embora esteja sendo procurada**) forma de inibir o troca-troca — eu nomeio o seu, você nomeia o meu, sistema vagamente obsceno — e a oficialização da moralidade vai demorar: depende de uma comissão especial, que se manifestará depois de 40 sessões. (ADJ)

A oração intercalada pode ainda funcionar como um guia, uma orientação do autor ao leitor sobre a informação seguinte da oração. É o que podemos perceber em:

(62) Fenômeno mesmo era que, **mesmo quem não o lia**, impregnava-se dele. Ele encarnava a consciência do tempo e a vanguarda do comportamento. (AOR)

A função de coesão discursiva não é exclusiva da oração concessiva intercalada; em (55), já apresentada antes, a oração concessiva, anteposta ao núcleo, topicaliza a informação nuclear e, ao mesmo tempo, remete à porção anterior do discurso.

(55) No caso de um pretenso elitismo no Itamaraty, ficou a impressão de que o governo estava apostando no antiamericanismo e numa popularização na marra das hostes diplomáticas. **Mesmo que o governo tenha sido movido por essas intenções**, não seria mais fácil tornar a prova de inglês menos difícil e deixar tudo como estava?

É interessante também observarmos a ocorrência (61), em que as orações concessivas, que estão antepostas, remetem ao que foi dito numa porção do texto anterior à oração nuclear. Isso ocorre em virtude de a oração concessiva retomar, por meio de um elemento anafórico o conteúdo do parágrafo anterior. Segundo Decat (2001), em casos como este, a oração adverbial tem função de conexão discursiva. Assim, a oração topicaliza a porção seguinte e, ao mesmo tempo, retoma a porção anterior.

(61) É companhia da pior qualidade. Examinando-se à primeira vista, parece curioso **que, apesar disso tudo, apesar de ter indicado como procurador-geral da República um sujeito que já defendeu publicamente a tortura, apesar de ter se enrolado numa constrangedora fieira de mentiras para justificar a invasão do Iraque, apesar de tudo isso**, ainda se diz que George W. Bush foi eleito numa crescente maré de defesa de "valores morais". (AOR)

Essa função de retomar a porção anterior do discurso, também pode ocorrer em orações pospostas, como é o caso de (63). Nesse caso, o pronome **isso** retoma o fato apresentado na oração nuclear.

(63)-Nossa Constituição e nossas leis tentam sempre agradar a todos, somos sempre conciliadores, nunca há perdedores, **mesmo que isso gere absurdos**. A começar pela Constituição de 1988, que consegue ser de esquerda, de direita e liberal ao mesmo tempo. Contrariar alguém na época da Inquisição era contrair um potencial inimigo ou incentivar uma denúncia anônima. (AOR)

Muitas vezes, a posposição se justifica pela necessidade do emissor de apresentar um “adendo” (*afterthought*) em relação à oração nuclear. Como podemos perceber em:

(64) Optamos por viajar como um casal aproveitando o preço baixo da passagem para tentar a vida em São Paulo. Mesmo assim, tinha receio de ser descoberta porque, durante todo o percurso, não havia camaradagem dentro do ônibus, **apesar de estarmos todos com o mesmo objetivo: chegar ao destino ilesos.** (AOR)

Segundo Thompson (1985), a oração anteposta relaciona-se pragmaticamente ao discurso anterior, ou seja, aponta anaforicamente para um tema precedente. É o que podemos perceber no caso acima.

De uma maneira geral, as orações concessivas analisadas no *corpus* foram usadas quando a intenção do falante era utilizá-la como **fundo.** Assim, quando pospostas, apresentaram uma avaliação ou constituíram um adendo, enquanto as antepostas e as intercaladas funcionaram como tópico/guia para a informação nuclear.

No tópico seguinte, apresentaremos o papel das orações concessivas na argumentação dos artigos de opinião e editoriais.

5.4. O papel argumentativo da oração concessiva na construção da argumentação em artigos de opinião e editoriais

Conforme apresentamos no capítulo 4, autores como Ascombre e Ducrot (1983) e Koch (1999) defendem a idéia de que a língua é essencialmente argumentativa, portanto, que o propósito de argumentar está presente em todas as manifestações da linguagem. Em nossa pesquisa, investigamos o papel argumentativo das orações concessivas em artigos de opinião e editoriais por considerarmos que as marcas lingüísticas da argumentação são mais freqüentes em gêneros como esses que são essencialmente argumentativos.

Nas relações argumentativas, geralmente, o encadeamento dos enunciados é feito por conectores. Adotamos a postura de que esses operadores funcionam como pistas lingüísticas que o e autor utiliza para conduzir a interpretação do leitor. Analisemos as ocorrências (62) e (63) abaixo:

(62) **Apesar do excelente desempenho do agronegócio da pecuária brasileira, no que diz respeito ao balanço de pagamentos, crescimento e aumento da produtividade dos**

diversos rebanhos, investimento em pesquisas, alto padrão genético, sanitário e de qualidade dos produtos de origem animal, a pecuária nordestina ainda enfrenta alguns problemas que superados, poderão apresentar índices econômicos compatíveis com a realidade nacional. (AOJ)

(63) **Embora exista reconhecimento internacional ao fato de o País possuir um democrático sistema que garante tratamento gratuito ao cidadão, em qualquer parte do seu território, através do SUS (Sistema Único de Saúde), criado pela Constituição Federal em 1988,** esse sistema se encontra ainda muito aquém de cumprir as metas a que inicialmente se propôs. (EDJ)

Em (62), temos dois argumentos que se contrapõem:

1. O excelente desempenho do agronegócio da pecuária brasileira.

2. A pecuária nordestina ainda encontra problemas.

O primeiro argumento, que é apresentado na oração concessiva, contraria o segundo argumento apresentado na oração nuclear. Nesse caso, o que prevalece é o argumento **a pecuária ainda enfrenta problemas**, que está na oração nuclear.

Em (63), temos os seguintes argumentos que se contrapõem:

1. Existe o reconhecimento internacional ao fato de o país possuir um democrático sistema que garante tratamento gratuito ao cidadão.

2 Esse sistema ainda está muito aquém de cumprir suas metas.

O primeiro argumento, apresentado pela oração concessiva, contraria o segundo argumento apresentado na oração nuclear. Em (63), o que prevalece é a argumentação de que **esse sistema ainda está muito longe de cumprir suas metas**, que é a oração nuclear.

Com esses exemplos percebemos que, nas orações concessivas, os conectores contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias. Assim, o que prevalece é a orientação argumentativa não introduzida por esse operador.

Guimarães (1987) propõe que, na argumentação, o emissor utiliza duas estratégias discursivas. Essas estratégias seriam a de **antecipação** e a de **suspense**. Dessas estratégias apresentadas pelo autor, interessa-nos a de antecipação, que ele exemplifica por meio da conjunção **embora**. Para o autor, quando o emissor diz embora **p**, **q**[19], ele antecipa ao interlocutor que se irá apresentar um argumento possível a favor de uma conclusão **r**, mas que este será anulado logo em seguida, pela introdução de um argumento decisivo a favor de **não-r**.

Voltemos à ocorrência (63), que ilustra essa análise apresentada pelo autor. Nesse caso, o emissor apresenta um argumento possível: **existe o reconhecimento internacional ao fato de o país possuir um democrático sistema que garante tratamento gratuito ao cidadão;** mas a conjunção **embora**, no início da oração concessiva, antecipa ao interlocutor que este argumento será anulado e o que prevalecerá é o fato de **o sistema ainda estar aquém de cumprir as suas metas.**

Apesar de Guimarães (op. cit.) tenha utilizado apenas a conjunção **embora** para exemplificar o caso da **antecipação**, percebemos que, em (62), também ocorre essa antecipação. Nesse caso, o emissor apresenta **o excelente desempenho do agronegócio da pecuária brasileira** como um argumento possível e, por meio do operador **apesar de**, no início da oração concessiva, antecipa ao interlocutor que esse argumento será anulado, prevalecendo, assim, **o fato de a pecuária ainda enfrentar problemas**.

A partir dessa análise, percebemos que a antecipação é favorecida pela posição ocupada pela oração concessiva, já que ambas estão antepostas à oração nuclear. Assim, desejando antecipar a interpretação do interlocutor a respeito da conclusão desejada, o falante antepõe a oração concessiva ao núcleo. Constatamos, portanto, que a estratégia

[19] O autor apresenta o esquema embora B, A. optamos por substituir A e B por q e p, mantendo notação adotada nesta dissertação em que q representa a oração nuclear e p representa a oração concessiva.

argumentativa da antecipação de argumentos contrários por parte do falante é favorecida pela posição ocupada pela oração concessiva.

Analisemos agora a ocorrência (64):

(64) O próprio presidente acaba de dizer que Marta Suplicy perdeu porque favoreceu os pobres, o que significa que esqueceu a classe média, **embora o presidente não o tenha dito expressamente.** (AOJ)

Nesse caso, o falante primeiro apresenta o fato que deve prevalecer para depois apresentar a possível objeção do falante. Enquanto em (63), o fato que vem expresso na oração nuclear contraria a conclusão a que se poderia chegar a partir da premissa expressa na oração concessiva.

É importante ressaltar que a argumentação, como se percebe nos exemplos citados, se dá por meio do diálogo em que o locutor argumenta no sentido de conduzir o interlocutor a determinadas conclusões. Nas orações concessivas, esse diálogo se estabelece através da pressuposição[20].

Em (64), a intenção do autor é convencer o leitor de que Marta Suplicy perdeu as eleições por favorecer os pobres e esquecer a classe média. Porém, prevê que o interlocutor poderia se contrapor a esse argumento com uma objeção do tipo: mas o presidente não disse isso expressamente. A partir dessa pressuposição, o falante organiza seu discurso no sentido de, logo depois de asseverar seu argumento, admitir essa provável objeção, mas mostrando que o argumento que deve prevalecer é o seu.

Vejamos a ocorrência (65) a seguir:

[20] Pressuposição diz respeito às inferências que partem de elementos não explícitos no texto.

(65) **Apesar da evolução ocorrida na última década em relação à situação da mulher**, sobretudo nas áreas educacional e política, a ONU constatou, através de números coletados em vários países, entre os quais o Brasil, que a igualdade entre os sexos ainda está distante de tornar-se uma realidade. (EDJ)

Nessa ocorrência, a intenção do emissor é convencer o interlocutor de que a igualdade entre os sexos ainda está distante de acontecer. Porém, prevê que o interlocutor poderia se contrapor com o seguinte argumento: mas já houve uma evolução em relação à situação da mulher. Através dessa pressuposição, o falante organiza seu discurso no sentido de antecipar essa objeção na oração concessiva para, em seguida, apresentar um argumento contrário na oração nuclear.

A pressuposição de uma provável objeção é lembrada como um adendo. Os efeitos podem diferir, mas, de qualquer maneira, o autor, numa elaboração dialógica, contrapõe opiniões diferentes.

A pressuposição ocorre, ainda, quando a oração concessiva está intercalada, como em (51), aqui repetida.

(51)- Ainda não se descobriu (**embora esteja sendo procurada**) forma de inibir o troca-troca — eu nomeio o seu, você nomeia o meu, sistema vagamente obsceno — e a oficialização da moralidade vai demorar: depende de uma comissão especial, que se manifestará depois de 40 sessões. (AOJ)

Nesse caso, o falante, pressupondo uma objeção por parte do falante do tipo: mas essa forma está sendo procurada, apresenta essa possibilidade de objeção, mas coloca esse fato como irrelevante, ao asseverar o que se encontra na oração nuclear.

Os exemplos acima corroboram para a idéia defendida por Neves (1999), que aponta duas etapas para o pensamento concessivo: uma de elaboração da hipótese de uma objeção do ouvinte e outra de refutação a essa objeção. Cabe ao falante, então, a partir de sua intenção, decidir se deve primeiro apresentar a possível objeção do ouvinte, para depois refutá-la, ou refutar essa possível objeção para depois admitir.

Por esse motivo, entendemos que, na relação concessiva, ocorre um ato ilocutório de refutação, em que, como afirma Ducrot (1977), o enunciador é levado a argumentar, expondo as razões de sua refutação, e o enunciatário é levado a reagir, adotando o argumento apresentado pelo enunciador. No caso de (64), o leitor é levado a crer que sua objeção não é suficiente para rebater o argumento de que Marta Suplicy perdeu a eleição por ter favorecido os pobres e esquecido a classe média. Em (65), é conduzido a considerar que a igualdade entre os sexos ainda está longe de acontecer.

É interessante perceber que, nos casos aqui analisados, mediante uma oração concessiva, em que se admite a objeção do leitor, o autor procura, de certo modo, atrair a simpatia daquele como se concordasse com ele. Depois, refuta essa objeção, na oração nuclear, assumindo e conduzindo o interlocutor a assumir também que essa objeção não é pertinente para o ponto de vista por ele apresentado. Vejamos a ocorrência (45).

(45) Cerca de 74% da população, segundo a pesquisa, concordam com um projeto de lei que estipula o pagamento de um a dois centavos para cada mil litros de água consumida, para quem gasta mais ou polui; outros 88% acreditam que o País, **apesar de possuidor da maior reserva de água doce do mundo**, enfrentará problemas de abastecimento de água a médio ou longo prazos, em razão da forma como a água é utilizada. (EDJ)

Em (45), aqui repetida, o emissor admite que, sendo o país o possuidor da maior reserva de água doce do mundo, poderia não enfrentar crises no abastecimento de água. Mas refuta esse argumento, que poderia ser levantado pelo interlocutor, afirmando que 88% da população acreditam que o país enfrentará problemas de abastecimento de água. Por tudo isso, percebemos que o fato de admitir a objeção por parte do interlocutor constitui uma forte estratégia argumentativa por parte do autor.

Brandão (1998) questiona se a refutação não constituiria, na realidade, a recusa do outro, já que o ato ilocutório de refutação é composto por um componente negativo e um outro argumentativo. A partir das ocorrências analisadas, entendemos que, na relação concessiva, há esse movimento de recusa, já que o que prevalece como argumento plausível é sempre a opinião do autor manifestada na oração nuclear.

As três ocorrências que seguem nos chamaram a atenção:

(51)- Ainda não se descobriu (**embora esteja sendo procurada**) forma de inibir o troca-troca — eu nomeio o seu, você nomeia o meu, sistema vagamente obsceno — e a oficialização da moralidade vai demorar: depende de uma comissão especial, que se manifestará depois de 40 sessões. (AOJ)

(66) O fato de a escolha de um Papa poder ser analisada através dos instrumentos postos à disposição do homem - a Sociologia, a Política, a História, a Antropologia, a Psicologia, etc. - não retira a verdade fundamental, para os católicos (**embora muitos se esqueçam disso**), de que se trata, em última instância, de uma decisão promanada de uma dimensão que se situa além da História. (AOJ)

(53) Nada é de graça (**embora haja muitas bolsas para quem não pode pagar**). Há uma busca furiosa por recursos, onde quer que possam estar. (AOR)

Percebemos que, nessas ocorrências, a objeção por parte do falante pressuposta pelo emissor, é colocada entre parêntese. Segundo Jubran (1999), os parênteses operam desvios momentâneos do quadro de relevância tópica de um segmento textual incidindo sobre o modo de formulação do que se diz, sobre o foco enunciativo e o conseqüente estabelecimento de uma direção interpretativa do que se diz, ou ainda sobre a qualificação que os interlocutores se atribuem no intercâmbio comunicativo e que repercute no que se diz. Os parênteses constituem, portanto, recursos mediantes os quais o emissor organiza seu discurso no sentido de conduzir a direção interpretativa do interlocutor.

Em (51), aqui repetida, a oração concessiva entre parêntese, que está intercalada à oração nuclear, estabelece a direção interpretativa, representando uma ressalva ao argumento defendido na oração nuclear, por parte do autor. É interessante porque Jubran (1999) a ressalva como uma das modalidades de parênteses. Para ela, pela *ressalva*, insere-se uma observação sobre a extensão do significado da proposição, que pode ser ampliado ou reduzido, tendo em vista um ajuste do âmbito significativo dessa proposição. Em (65), também intercalada, a oração concessiva entre parêntese constitui uma avaliação por parte do autor e retoma a porção anterior do discurso através do pronome **isso**, servindo pragmaticamente de coesão discursiva entre as duas porções do texto (Decat, 2001). Em (53) a oração concessiva entre parêntese, que está posposta à oração nuclear, incide sobre o núcleo funcionando como uma espécie de adendo por parte do emissor.

Por tudo que expomos até aqui, percebemos que as orações concessivas constituem importantes estratégias argumentativas utilizadas pelo autor, nos artigos de opinião e editoriais, para persuadir o leitor. Dessa forma, assumimos com Adam (1992) a importância da escolha de um argumento para a adesão do ouvinte. Com o propósito de ser bem sucedido em seu discurso, o autor, muitas vezes, utiliza argumentos contrários como

reforço argumentativo. Adam (1992) salienta que, mesmo quando o argumento-dado conduzir provavelmente a uma determinada conclusão, sempre será possível uma contra-argumentação. É exatamente esse o papel da oração concessiva. Portanto, confirmamos nossa hipótese de que a hipotaxe adverbial concessiva representa o lugar de um possível argumento contrário não suficiente para rebater a tese que o enunciador assevera na oração nuclear. O que mostra que esse tipo de oração faz parte da seqüência argumentativa, tendo o objetivo de conduzir para uma argumentação bem-sucedida.

CONCLUSÕES

Esta pesquisa teve como objetivo a análise do uso de orações concessivas em artigos de opinião e editoriais, mediante orientação funcionalista, que considera a língua como instrumento de interação social.

Os pressupostos funcionalistas, aqui apresentados, trouxeram inúmeras contribuições para o trabalho que realizamos, visto que, particularmente no caso das orações adverbiais, contribuíram para uma reflexão além do nível da sentença. Apenas com esse tipo de abordagem é possível explicar a proposição relacional inferida e a função discursiva da articulação hipotática adverbial que são responsáveis, inclusive, pela organização seqüencial das informações no texto.

Com a presente análise, procuramos explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua, analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso, trazendo, para a gramática, questões que, antes, eram deixadas à margem. Na pesquisa que empreendemos, assumimos a proposta funcionalista de tratamento da articulação de orações na consideração integrada dos aspectos sintáticos, textual-semânticos e textual-discursivos,

Nos dois primeiros capítulos, apresentamos a perspectiva tradicional e a perspectiva funcional para o estudo das orações adverbiais, com o objetivo de estabelecermos um cotejo entre essas duas perspectivas.

Após pesquisarmos diferentes gramáticas da língua portuguesa, percebemos que o tratamento dado às orações concessivas tem-se restringido ao nível da sentença. Na análise apresentada pelos gramáticos, predomina a abordagem taxionômica de classificação das orações pautada no conector que a encabeça. Vale ressaltar que alguns autores apresentam reflexões acerca da importância de se observar o uso da língua.

Ao analisarmos os aspectos sintáticos, constatamos que os conectores **embora** e **mesmo que/quando** são os mais freqüentes no *corpus*. Com a presente análise, evidenciamos que, apesar de as orações concessivas disporem de certa liberdade quanto à ordem, esta é determinada pela intenção comunicativa do falante. Isso significa que a posição das orações concessivas tanto está relacionada com a proposição relacional inferida da articulação entre as orações, como com as funções textual-discursivas (tópico, conexão discursiva, adendo, etc.). Percebemos, portanto, que a ordem das orações concessivas nos gêneros artigo de opinião e editorial representa opções lingüísticas feitas pelo emissor que, pressupondo uma objeção por parte do receptor, declara que tal objeção não impedirá nem modificará o conteúdo expresso na oração nuclear.

Ao analisarmos os aspectos semânticos, percebemos que a relação entre as orações pode refletir mais de uma proposição relacional. Em nosso *corpus*, analisamos orações de cuja articulação emergia, além da relação de *concessão*, a relação de *condição* e a de *inclusão.* Além disso, evidenciamos que as orações com verbos no infinitivo, por nós analisadas, classificadas pela Gramática Tradicional como *reduzidas*, são introduzidas por conectivos como locuções prepositivas.

Partindo da proposta de Sweetser (1999), identificamos, em nossa análise, ocorrências com possibilidade de leitura no domínio epistêmico, no domínio de conteúdo e no domínio conversacional. Houve a predominância de orações concessivas com possibilidade de leitura no domínio epistêmico, o que se justifica pelo fato de essas orações contrastarem proposições ou negarem conclusões possíveis. Um fato interessante é que várias ocorrências permitem tanto a leitura no domínio epistêmico, como no domínio de conteúdo. Essa possibilidade, a nosso ver, se deve ao fato de os gêneros jornalísticos, de um modo geral, serem baseados em acontecimentos, fatos ligados à realidade.

Quanto ao tipo de orações concessivas, identificamos que, nos artigos de opinião e editoriais, predominam as orações do tipo factual. Esse resultado já era esperado, visto que, nesses gêneros, o autor geralmente interpreta fatos sociais, desenvolvendo uma argumentação a partir deles.

Ao analisarmos os aspectos textual-discursivos, constatamos que, de uma maneira geral, a oração concessiva é usada como uma espécie de moldura da oração nuclear, funcionando, portando, como *fundo*. Essas orações foram usadas pospostas ao núcleo quando o autor do texto apresenta uma avaliação ou um adendo em relação à oração nuclear. Já as orações antepostas e as intercaladas foram usadas como tópico/guia para informação nuclear ou como conexão discursiva.

A análise realizada nesta dissertação permitiu percebermos que as orações concessivas são utilizadas pelo autor dos gêneros em estudo como importantes estratégias argumentativas para persuadir o leitor. Evidenciamos que, na relação concessiva, ocorre um ato ilocutório de refutação, já que o autor prevê uma objeção por parte do leitor e a apresenta como provável contra-argumento que, embora lembrado, não é suficiente para invalidar o ponto de vista expresso na oração nuclear. Isso ocorre porque uma característica dos gêneros com seqüência expositivo-argumentativa é apresentar argumentos contrários a serem refutados para reforçar o ponto de vista defendido no texto; e é exatamente esse o papel de uma oração concessiva.

O estudo aqui realizado nos permitiu verificar as vantagens de uma abordagem funcional-discursiva, que considere as relações hipotáticas tendo em vista o contexto discursivo em que as orações se inserem. Se a língua é um instrumento de interação social, é por meio do discurso que tentamos influenciar o outro e fazer com que ele compartilhe de nossas opiniões. Dessa forma, as escolhas lingüísticas são importantes estratégias argumentativas utilizadas pelo autor do texto para defender sua opinião.

Desse modo, o funcionalismo traz, para a gramática, questões que, à primeira vista, são apenas do interesse das teorias da enunciação e do discurso. Particularmente no caso das orações concessivas, a análise funcionalista contribui para uma reflexão além do nível da sentença, de modo a explicar o uso efetivo dessas orações.

Acreditamos que uma análise como essa pode contribuir para um ensino de Análise Lingüística bem mais produtivo, já que tal abordagem procura explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua, observando as condições discursivas em que se verifica esse uso.

Por tudo que expomos, acreditamos que pesquisas como esta que aqui se apresenta podem trazer contribuições para um ensino de gramática que, de fato, desenvolva a competência discursiva dos alunos nas diferentes práticas sociais.

REFERÊNCIAS

ADAM, Jean Michael. **Les textes: types et prototypes.** Paris: Naham, 1992.

_____**Éstudes de linguístique appliquée: testes, discourses types et genres** . Paris: Nathan, 1991.

ANSCOMBRE, J. C. Grammaire traditionnelle et grammaire argumentative de la concession. **Revue internationale de philosophie**. Langage, argumentation et pédagogie, 1985.

ANSCOMBRE, J. C. & DUCROT, O. **L'argumentation dans la langue**. Bruxelas: Mardaga, 1985.

BAKHITIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BHECHARA, E. **Estudos sobre os meios de expressão do pensamento concessivo em português**. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1954.

BRANDÃO, H. N. **Subjetividade, argumentação, polifonia: a propaganda da Petrobrás**. São Paulo: Unesp, 1998.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo**. São Paulo: EDUC, 1999.

CAVALCANTE FILHO, L.A. **A construção dos enunciados: estudos de orientação funcionalista**. Projeto de pesquisa de iniciação científica. Orientação: profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira. Fortaleza: UFC, 2005.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. **Relações adverbiais e gênero do discurso**. Cadernos de estudos lingüísticos n. 28. Campinas: UNICAMP/ IEL, 1995.

_____. A articulação hipotática adverbial no português em uso. *In:* Decat *et al.* (orgs). **Aspectos da gramática do português – uma abordagem funcionalista**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2001.

DIK, Simon C. **The theory of funcional grammar**. Dorderecht- Holland/ Providence. RI- EUA: Foris Publications, 1989.

_____.**The Theory of Functional Grammar**, vols. 1 e 2. ed. by HENGEVELD (Keess). Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997.

DUCROT, O. **Princípios de semântica lingüística: dizer e não dizer**. São Paulo: cultrix, 1977.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica, OLIVEIRA, Mariângela Rios de e MARTELOTTA, Mário Eduardo (orgs.). **Lingüística Funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GIVÓN, Talmy. From discourse to syntax: grammar as a processing stratgy. In: GIVÓN, Talmy**. Syntax and semantics. Discourse and syntax**. Nova York: Academic Press, vol. 12, p. 81- 112, 1979.

_____. **Functionalism and grammar**. Amsterdã: Jonh Bejamins, 1995.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R.. **Coesion in english**. London: Longman, 1976.

HALLIDAY, M. A. K**. An introduction to functional grammar**. Baltimore: Edward Arnold, 1985.

HOPPER, P. J. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. e HEINE, B. (eds) **Approaches to grammaticalization**, v. I, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1991.

HOPPER, P. J. e TRAUGOTT, E. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

JUBRAN, C. C. A. S. Funções textuais-interativas dos parênteses. In: NEVES, M. H. **Gramática do português falado**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1999.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 2002.

LEHMANN, C. **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdã: John Bejamins, 1988.

LOPES, O. **Construções concessivas: Algumas reflexões formais lógico-pragmáticas**. Universidade do Porto, s/d. (mimeo).

MACKENZIE, J. L. **What is functional grammar?** Comunicação apresentada no XX Congrès international de linguístique et philologie romanes. Zurique, Suíça, MS, 1992.

MANN, W. C. & THOMPSON, S. *A*. **Relational propositions in discourse**. Califórnia: University of Southern Califórnia, 1983.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A., MACHADO, A. R. & BECERRA, M. A. (ORG.). **Géneros textuais & ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

MATHIESSEN, C. & THOMPSON, S. The Structure of Discourse and "Subordination". In: J. Haiman & S. Thompson. **Clause Combining in Grammar and Discourse**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1988, p. 275-329.

MELO, J. M. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MIRA MATEUS, M. H. *et alii*. **Gramática da língua portuguesa**. Coimbra: Almedina, 1983.

NASCIMENTO, L. S. **A aposição circunstancial**. Dissertação de mestrado. Fortaleza, 2003.

NEVES, M. H. M. **A gramática do português falado**. *V. VII : Novos estudos*. São Paulo: Ed. da UNICAMP, 1999.

_____. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NOGUEIRA, M. T. **A construção dos enunciados**: **estudos de orientação funcionalista**. Projeto integrado do Grupo de Estudos em Funcionalismo (GEF). Fortaleza: UFC, 2005.

PERELMAN, C. **Tratado da argumentação**. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

SWEETSER, E. Conjunction, coordenation, subordination. In: **From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic struture**, Cambridge University Prees, 1990.

THOMPSON, S. Subordination in formal and informal discourse. In: SCHINFFRIN, Deborah (ed). **Meaning, form, and use in context: linguistic applications**. Washington: Georgetown University Press, 1984.

THOMPSON, S. A. & MANN, W. Antithesis: a study in clause combining and discourse structure. In: ROSS, Steele & TREADGOLD, Terry (eds). **Language topics.** Amsterdã: John Bejamins Piblishing, 1987.

VAN DIJK, T. **A Testo e contesto: studi di semantica e pragmatica del discorso.** Tradução de Giusy Collura. Bologna, Società Editrice il Mulino, 1980.

ZANPRONEO, Silvana. **A hipotaxe adverbial concessiva no português escrito contemporâneo do Brasil**. Dissertação apresentada à faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho". Araraquara, 1988.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo